

Companhia Siderúrgica do Atlântico

Impactos e Irregularidades na Zona Oeste do Rio de Janeiro



COMPANHIA SIDERÚRGICA DO ATLÂNTICO – TKCSA Impactos e Irregularidades na Zona Oeste do Rio de Janeiro

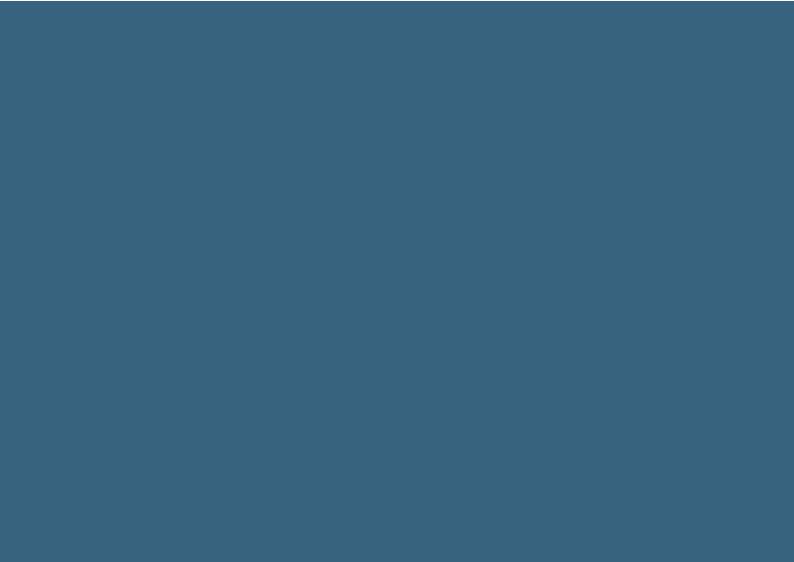
Instituto Políticas Alternativas para o Cone Sul - PACS

3ª edição - atualizada Fevereiro, 2012 Rio de Janeiro

> 1ª edição Novembro, 2008

> > Apoio

Fundação Rosa Luxemburgo



ELABORAÇÃO DO DOCUMENTO

Elaboração final Karina Kato e Sandra Quintela (Economistas do PACS)

> Revisão Andréa Rauch

Colaboração Sérgio Ricardo e Leonardo Soares

> Publicação PACS

Apoio Rosa Luxemburgo

Diagramação final Eduardo Ferrão



ÍNDICE

DESENVOLVIMENTO? PARA QUEM?	9
O RIO DE JANEIRO NO "OLHO DO FURAÇÃO"	13
Megaempreendimentos	14
Megaeventos	15
A COMPANHIA SIDERÚRGICA DO ATLÂNTICO (TKCSA) E O DESTINO DA BAÍA DE SEPETIBA	10
A localização	
A baía de Sepetiba	
Antecedente à implantação da TKCSA	
Os responsáveis pelo projeto da TKCSA	
Manipulação da participação popular	
A Companhia Siderúrgica do Atlântico (TKCSA)	
A destruição do potencial turístico	
Os impactos sobre a pesca	
Violação de direitos trabalhistas	
Exploração de mão-de-obra estrangeira	
Criminalização da resistência	
A falsa promessa de empregos	
Crimes ambientais.	
Contaminação de toda a vida marinha	
Os impactos sobre a saúde pública	
Poluição ampliada	
O financiamento público ao empreendimento	
Conversas com o BNDES	
Isenção de impostos	
A opinião da comunidade local	
Movimentos sociais locais opostos ao projeto	
Duplo padrão	
Reações da empresa	
Aspectos legais e jurídicos	
Ações penais que possuem a TKCSA como objeto	
A atuação das autoridades brasileiras	
Algumas conquistas até aqui	
Campanha "Pare, TKCSA"	
ALGUNS MARCOS DA LUTA CONTRA A TKCSA E EM FAVOR DA BAÍA DE SEPETIBA	64
BIBLIOGRAFIA	70

DESENVOLVIMENTO? PARA QUEM?

A declaração aprovada pela Assembleia Geral das Nações Unidas, em 1986, em seu artigo 1º, determina como inalienável o direito humano ao desenvolvimento; ou seja, toda pessoa humana e todos os povos devem ter o direito de participar dos desenvolvimentos econômico, social, cultural e político. A mesma declaração, ao debater as implicações do direito ao desenvolvimento, faz referência ao direito dos povos à autodeterminação, incluindo o direito à soberania plena sobre todas as riquezas e recursos naturais do território em que habita.

A luta de povos e comunidades tradicionais constitui a luta pela afirmação e ampliação de um direito inalienável e, portanto, um dever de toda a sociedade. Será com base nesta argumentação que construiremos a leitura do processo de implantação da Companhia Siderúrgica do Atlântico (TKCSA), que teve início em 2006.

Infelizmente, não se pode afirmar que se trata de um caso isolado na atual realidade brasileira. Ao contrário, trata-se de mais um exemplo dos processos que são postos em marcha com o modelo de desenvolvimento que se acentua no Brasil. Um capitalismo de Estado cujo projeto tem como cerne o fortalecimento das multinacionais brasileiras e a execução de megaprojetos. Um modelo calcado na busca do crescimento econômico e na exploração dos recursos naturais, em particular *commodities* agrícolas e minerais.

Este estudo poderia ser ambientado em outras baías e territórios do Brasil após as devidas adaptações. Assim, as lutas decorrentes da instalação da TKCSA no Rio de Janeiro são análogas, por exemplo, à dos pescadores artesanais e dos quilombolas que estão ameaçados por empreiteiras como a Odebrecht e a OAS na Reserva Extrativa do Iguape, em São Paulo; ou ao grito dos quilombolas da região do rio Subaé, que estão sendo expulsos do seu território na Ilha de Cajaíba, na Bahia, por conta da instalação do Resort Golf Clube. Lembremos também da resistência contra o Complexo do Madeira, em Rondônia; das lutas de pescadores contra a ampliação do Porto de Aratu, na Bahia; dos catadores de caranguejo contra a instalação da Companhia Siderúrgica do Ubú, em Anchieta, Espírito Santo.

Este modelo também é caracterizado por seu caráter altamente concentrador e excludente. Ao mesmo tempo em que nosso Estado apoia e traça sua estratégia de "desenvolvimento" a partir do fomento a megaprojetos dessa natureza, nega a implantação de projetos alternativos, cuja ênfase estaria no estímulo a empreendimentos menos concentradores de renda e em cadeias produtivas de artigos com maior valor agregado, que poderiam ser dinamizadores do desenvolvimento local. Desta forma, prioriza-se um modelo, calcado em poucos e grandes grupos empresariais e em grandes empreendimentos, que concentra os lucros nas mãos de poucos empresários beneficiados pelo Governo com isenções e crédito barato, ao passo que dividem com a sociedade os custos e os prejuízos que esses mesmos projetos colocam para o patrimônio ambiental, social e cultural brasileiro. Um verdadeiro exemplo da injustiça ambiental que é praticada no País.

No discurso oficial, as populações que sofrem os impactos desses projetos (remoções, poluição, convivência com ruídos, destruição do território no qual habitam etc) são invisibilizadas. Os cálculos oficiais só contabilizam os custos econômicos desses projetos. Suas faces ambiental e social são ocultadas. Tais custos, expressos em doenças, poluição, violência, mi-

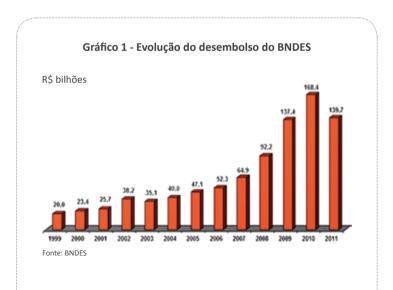
séria etc, são interpretados como problemas sociais a serem tratados pela sociedade brasileira, via gastos públicos ou pela família (retirando a responsabilidade cabida à empresa). Em nossa leitura, parece mais adequado classificar tais custos como verdadeiras *dívidas*: dívida social e dívida ambiental que estados e grandes empresas adquirem junto à população. Caso não se realize essa correção de conceitos, estaremos sempre reafirmando a velha máxima segundo a qual *privatizam-se os lucros ao mesmo tempo em que socializam-se os custos*.

À sociedade brasileira cabe o financiamento, por meio do pagamento de impostos e investimentos públicos, desse modelo. Junto ao empresariado nacional e internacional, o Estado brasileiro desempenha os papéis fundamentais de: financiar diretamente, via Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES); conceder isenções fiscais; e oferecer toda a infraestrutura necessária, como energia elétrica subsidiada, abertura de estradas e construção de portos. Neste jogo de interesses, a legislação ambiental brasileira, que conta com um avançado instrumental, é flexibilizada a ponto de aprovar e conceder licenciamentos a empreendimentos sob condições suspeitas, com denúncias de cooptação de falsas lideranças populares e de manipulação da participação pública. Além disso, este modelo atual contribui para o aumento exponencial das mudanças climáticas. Para se ter uma ideia, apenas no município do Rio de Janeiro, a instalação de uma siderúrgica na zona oeste da cidade produziu um aumento de 76% nas emissões de CO2 em toda a área metropolitana.

O papel do BNDES ganha cada vez mais proeminência na reprodução e ampliação deste modelo de desenvolvimento, de forma que atualmente apresenta um tamanho quatro vezes maior que o do Banco Mundial. Atuando como a principal fonte de financiamento de longo prazo no Brasil, os desembolsos do banco passaram de cerca de 20 bilhões em 1999 para quase 140 bilhões em 2011. Neste mesmo ano o banco registrou o maior número de operações de sua história.

Para seu funcionamento, este modelo requer o desenho de complexos mecanismos de financiamento que articulam os interesses de variadas Instituições Financeiras Multilaterais (IFMs), de bancos nacionais de fomento, como o BNDES, bancos nacionais privados, de empresas transacionais e de governos, em prol da execução de programas de conexão de infraestrutura voltados para o escoamento da produção para o mercado internacional. A Iniciativa de Integração da Infraestrutura da Região Sul Americana (IIRSA) e o Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) do Governo Lula devem ser interpretados nesse contexto. As obras previstas na IIRSA e no PAC têm grandes aportes de recursos de IFMs e do BNDES, e são localizados em regiões estratégicas do País, objetivando viabilizar a integração dos mercados nacional e estrangeiro.

Nesta publicação, mostraremos um pouquinho do outro lado desse modelo de desenvolvimento, a face que normalmente está oculta nos discursos oficiais.



O RIO DE JANEIRO NO "OLHO DO FURAÇÃO"

Os anos 2000 consolidaram uma nova inserção do Brasil no cenário mundial, calcada tanto no seu peso como liderança regional quanto na sua condição de potência mundial emergente (Brics¹). Isso se insere num quadro mais amplo de uma guinada da América Latina para governos mais à esquerda, que apesar de guardarem amplas diferenças internas, adotam uma postura mais crítica com relação ao arcabouço neoliberal. Estas novas perspectivas interferem e são reforçadas diretamente pela adoção das políticas internas que determinam o modelo de desenvolvimento que se consolida no Brasil. Assim, nos últimos anos, desenhase no Brasil um quadro que busca a consolidação da estabilidade econômica, calcada em metas de câmbio e controle da inflação, aliada à perseguição do crescimento econômico num projeto liderado pelo Estado brasileiro.

O estado do Rio de Janeiro, nesse contexto, ganha destaque como um dos principais destinos de investimentos nacionais e internacionais. Não é a toa que em 2010 o Rio de Janeiro alcançou o *investment grade*, da Standard and Poor's, e em 2011 foi incluído na lista dos Top 5 de cidades latino americanas em atração de investimentos. De acordo com a Federação das Indústrias do Estado do Rio de Janeiro (Firjan) estima-se que na próxima década, período de realização da Copa de 2014 e Olimpíadas de 2016, o estado se consolide como

¹ BRICS é um acrônimo que se refere aos países membros fundadores Brasil, Rússia, Índia e China que juntos formam um grupo político de cooperação entre países ditos emergentes. Em 2011 foi incluída a África do Sul.

o ponto de maior concentração territorial de investimentos públicos e privados no mundo. Até o ano de 2020, o governo do estado estima que sejam investidos cerca de R\$ 1,9 trilhão no estado, passando a ocupar o "olho do furação" dos planos de investimentos, sendo o principal destino dos megaprojetos, tipos especiais de projetos para realização de empreendimentos de grande magnitude e que alcançam orçamentos muito elevados.

Os megaprojetos são divididos em duas categorias principais. A primeira refere-se aos **megaempreendimentos**, também denominados de megaprojetos de capital, que são projetos de orçamentos altíssimos para a implantação de plantas industriais complexas e normalmente associadas a portos para escoamento da produção. A segunda refere-se ao que neste projeto denominamos **megaeventos**, ou seja, eventos, normalmente esportivos, de curto prazo, de magnitude e complexidades elevadas e que implicam consequências políticas, econômicas, sociais, ambientais e espaciais de longo prazo para as cidades e países-sede.

Megaempreendimentos

Os megaempreendimentos planejados para o estado estão relacionados principalmente ao setor petrolífero – ligados em larga medida à exploração da camada Pré-Sal –, assim como ao siderúrgico e portuário, consolidando o Rio de Janeiro como principal porto de escoamento do minério de ferro de Minas Gerais. A concentração desses megaempreendimentos dá-se principalmente em três pontos. O primeiro, situado no nordeste fluminense e denominado Complexo do Açu, será um território especializado na exportação e no processamento de minério de ferro (complexos siderúrgicos e portuários). O segundo localiza-se na Baía de Sepetiba, na zona oeste da cidade do Rio de Janeiro. Com a obra de revitalização do Porto do Rio de Janeiro, o Porto Maravilha, boa parte da carga hoje movimentada no centro do Rio

será transferida para o Porto de Itaguaí, na Baía de Sepetiba. Além disso, juntamente com a ampliação da sua capacidade portuária, serão instaladas na região inúmeras indústrias siderúrgicas, algumas com portos próprios para escoamento da produção, como é o caso da TKCSA, já em funcionamento e que será objeto desta publicação. Em terceiro, destacamos a Baía de Guanabara, onde se concentram as atividades de exploração e processamento do petróleo provenientes da camada Pré-Sal. Unindo e articulando todos esses pontos de concentração encontra-se o Arco Metropolitano, uma rodovia projetada que conectará as cinco principais rodovias que cortam a Região Metropolitana do estado.

Megaeventos

Muitos são os megaeventos já previstos para o Rio de Janeiro até 2016. A primeira é a realização da Conferência sobre Desenvolvimento Sustentável da ONU, também denominada de Rio +20, que tem como objetivo oficial renovar o compromisso de líderes mundiais com o desenvolvimento sustentável do planeta 20 anos após a Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, no Rio de Janeiro em 1992, na Rio/Eco 92. O evento prevê a vinda de muitos chefes de estado, envolvendo um pesado esquema de segurança, e a construção de estruturas arquitetônicas para o evento, como o Museu do Amanhã, que também faz parte do projeto de revitalização do porto – e custará cerca de R\$ 130 milhões.

Em outubro de 2007, poucos meses após a realização dos Jogos Pan-Americanos na cidade, a FIFA oficializou o Brasil como sede da Copa do Mundo de 2014. Dois anos após, em outubro de 2009, reforçando a escolha da cidade para sediar megaeventos esportivos, o Rio era selecionado como sede para as Olimpíadas de 2016, com um projeto estimado em R\$ 25,9 bilhões, com gastos divididos entre os governos federal, estadual e municipal e a

iniciativa privada. Entretanto, diferentemente do divulgado oficialmente, até agora 98% do dinheiro gasto em obras para tais eventos saíram dos cofres públicos, o que é preocupante, principalmente em meio às denúncias de superfaturamento e dispensa de licitações, criando uma série de exceções para a Lei de Responsabilidade Fiscal. Deve-se recordar que tais gastos públicos — para eventos com duração média de um mês — estão gerando um nível de endividamento preocupante nos três entes federativos envolvidos (Município, Estado e União), o que é mais grave diante do corte de R\$ 60 bilhões realizado pelo Governo federal em 2011, que atingiu mais duramente às chamadas áreas sociais, como saúde e educação, reforma agrária e habitação.

Além disso, alguns observadores afirmam que a realização de grandes eventos esportivos vem geralmente acompanhada por violações dos direitos humanos, especialmente no setor de moradia, sendo as comunidades mais atingidas e desrespeitadas aquelas de menor renda.

É nesse contexto que se insere a Companhia Siderúrgica do Atlântico, objeto desta publicação: uma *joint venture* (empreendimento conjunto de dois grupos econômicos independentes) formada pela companhia alemã ThyssenKrupp Steel, que detém 73% das ações, e pela Vale, que a partir de 2009 ampliou sua participação para quase 27% do projeto. Em 2012 a imprensa especializada divulgou um interesse da Vale em comprar a siderúrgica, o que até o momento não foi concretizado. A TKCSA será a maior siderúrgica da América Latina, com a capacidade de produzir por ano até 10 milhões de toneladas de placas de aço semielaboradas para exportação. Situa-se nas margens da Baía de Sepetiba, no bairro de Santa Cruz, Rio de Janeiro, mas não é o único empreendimento industrial e portuário planejado para a região.

Planeja-se para a Baía de Sepetiba muitos outros projetos de "desenvolvimento", como a implantação de um super estaleiro da Marinha para a construção de submarinos, a ampliação da capacidade produtiva da Companhia Siderúrgica Nacional (CSN), a elaboração de

uma nova planta produtiva para a Gerdau Aços Especiais-Rio, bem como a construção, ao lado do Porto de Itaguaí, de até oito portos privados. O Porto Sudeste, mais um dos projetos pretendidos, terá a capacidade de exportar um quinto de toda a exportação brasileira de minério de ferro em um ano, ou seja, 50 milhões de toneladas. Esses projetos são levados a cabo sem maiores reflexões ou discussões com a sociedade, ainda que o Plano Estratégico da cidade do Rio de Janeiro confira à região uma vocação para desenvolvimento calcada no fomento do ecoturismo, com enfoque especial para as vocações gastronômica, botânica, pesqueira e agrícola, e na consolidação de diferentes expressões histórico-culturais.

Para se instalar nesta região com maior facilidade, esses empreendimentos se beneficiam do fato do entorno da Baía de Sepetiba apresentar elevados índices de pobreza, com uma população que tem baixo acesso a serviços de educação e saúde de qualidade. Tais fatores resultam, por um lado, em menores custos operacionais, sob a forma de salários mais baixos (o discurso da geração de empregos, mesmo que de péssima qualidade, atinge, assim, uma maior ressonância), menores custos de aluguel e menor atenção das opiniões públicas municipal, estadual e nacional. Por outro lado, são áreas cuja população normalmente de-

tém menor capacidade política e econômica para influir sobre o território. O fato de essas populações serem compostas majoritariamente por pobres, apresentarem uma grande concentração de população negra e menor poder relativo na estrutura política do Estado, facilita a atuação desses grupos empresariais e do governo na flexibilização e no descumprimento da legislação brasileira. Desta forma, tais populações sofrem também com a atuação de grandes agentes políticos e econômicos empenhados em atrair investimentos de capitais de todo o tipo, qualquer que seja o seu custo social e ambiental. Isso determina – tanto no Rio de Janeiro

Convite do Comitê Popular Rio Copa e Olimpíadas para protesto no dia 1º de maio.

Fonte: Comitê Popular Rio Copa e Olimpíadas/Latuff



quanto, em uma escala ampliada, no Brasil como um todo – uma distribuição espacial desigual dos danos ambientais e da inseguridade socioeconômica, produzindo situações de injustiça e de racismo ambiental.

O acadêmico Henri Acselrad (Ippur - UFRJ) inclui a Baía de Sepetiba no conjunto de áreas denominadas "zonas de sacrifício", que correspondem a áreas que são "objeto de uma concentração de práticas ambientalmente agressivas, atingindo populações de baixa renda". Deste modo, verifica-se uma tendência à escolha desses locais como sedes da implantação de novos empreendimentos com alto potencial poluidor, já que as dificuldades de organização e resistência popular favorecem os grandes interesses econômicos em detrimento do cumprimento das legislações ambiental, trabalhista e social.

Não obstante essas ponderações, esses projetos também dizem respeito a outras questões, ainda mais sérias. Trata-se do fato de que tais empreendimentos estão rotineiramente acompanhados de inúmeras e sérias violações aos mais elementares direitos humanos. São frequentes os relatos e denúncias de ameaças, intimidações e até tentativas de assassinato, configurando uma estratégia de passar por cima daqueles que, por força da vida, teimam em ficar no caminho dessas megaconstruções. Infelizmente, o caso da TKCSA, que abordamos neste texto, é mais um exemplo de como essas violações dão-se em praticamente todas as áreas que sofrem com a implementação dos megaprojetos inseridos no modelo de "desenvolvimento" em curso. Diante desse cenário, perguntamos: desenvolvimento para quem? Para quê?

A COMPANHIA SIDERÚRGICA DO ATLÂNTICO (TKCSA) E O DESTINO DA BAÍA DE SEPETIBA

A localização

A região da Zona Oeste do Rio de Janeiro é formada pelas Regiões Administrativas de Bangu, Barra da Tijuca, Campo Grande, Guaratiba, Jacarepaguá, Realengo e Santa Cruz. Tratase de uma região que apresenta grandes contrastes, abrigando áreas de intensa urbanização e ocupação, como Realengo e Santa Cruz, e regiões que ainda apresentam mais da metade de sua superfície ocupada por áreas naturais, como mangues e mata atlântica. Ao longo das últimas décadas, a Zona Oeste vem sendo palco de intensas transformações de ordem econômica e social, o que tem contribuído ainda mais para a acentuação desses contrastes. Ampliam-se claramente as disparidades econômicas e sociais entre diferentes áreas constituintes da Zona Oeste. Assim, enquanto a Barra da Tijuca vem concentrando sua economia no setor de serviços — em particular aqueles destinados às classes mais ricas da cidade — e apresentando altos indicadores de qualidade de vida, as demais áreas seguem concentrando elevados índices de pobreza. Em suma, o perfil econômico da Zona Oeste reflete esses contrastes: por um lado temos áreas industrializadas, com maior urbanização, fruto de surtos de atividades econômicas anteriores (iniciados em 1960); por

outro, áreas mais naturais e menos artificializadas, cuja economia gira em torno da pesca e atividades afins e do turismo.

Somado a todos esses contrastes, ao longo dos anos 1990 a Zona Oeste apresentou um enorme crescimento demográfico, sendo a região que mais cresceu em termos populacionais no estado. Com isso, vêm aumentando os desafios no que concerne à melhoria das condições de vida de sua população, já que aumenta a demanda por moradia, educação, saúde e saneamento básico sem que a oferta de tais serviços sociais cresça no mesmo ritmo, dificultando a melhoria dos indicadores sociais da região. Acentua-se também a pressão sobre os recursos naturais, refletindo-se em altos níveis de poluição de rios e áreas verdes, além da destruição de ecossistemas da mata atlântica, como manguezais e outros biomas marítimos que, muito embora apresentem uma redução significativa ao longo dos últimos anos, ainda se fazem presentes na região.

Contudo, a pressão demográfica, ainda que grave, não corresponde ao único fator a colocar em risco os recursos naturais da região. Os grandes empreendimentos industriais são ainda mais danosos ao meio ambiente do que o aumento populacional. E, como visto acima, tais empreendimentos não param de chegar, trazendo consigo impactos de grande magnitude para a região. O fato de a Zona Oeste apresentar áreas com elevados índices de pobreza, pouco urbanizadas e uma população com baixo acesso à educação e à saúde, configuraria uma situação de baixa atratividade ao capital industrial. Mas, do ponto de vista dos grandes empreendimentos, esses fatores possibilitam um menor custo operacional para seus projetos.

Em primeiro lugar há que se destacar a grande disponibilidade de terras ainda não completamente urbanizadas, normalmente vistas como novas "fronteiras" a serem abertas. Junte-se a isso a constituição de uma ampla rede de vias de transporte, tanto ferroviário quanto,

principalmente, rodoviário, que facilitaria a logística da região. Comparada com outras regiões administrativas do Rio, a Zona Oeste (excetuando-se a Barra da Tijuca) possui índices bem inferiores de escolaridade, renda, saneamento básico, fornecimento de água e outros serviços. Este quadro influencia os índices de qualidade de vida da população da região (IDH) e contribui para que a mão-de-obra seja barata e pouco organizada, um elemento-chave para as empresas no processo de escolha do local para seus empreendimentos. São áreas que apresentam a maior concentração de população negra e de baixa renda no estado do Rio de Janeiro, com aluguéis e terrenos mais baratos e desvalorizados. A população, normalmente, possui menores poderes políticos e econômicos para incidir nas decisões públicas sobre o território. Isso determina uma distribuição espacial desigual dos danos ambientais e dos riscos à saúde. Este quadro configura situações diretas de racismo ambiental ou injustiça ambiental, onde as parcelas mais empobrecidas e excluídas ficam expostas a maiores riscos ambientais e à sua saúde, com o objetivo de manter e reproduzir um modelo de produção e de consumo que privilegia a parcela mais rica da sociedade.

Nesse quadro de marginalização sociogeográfica, cumpre destacar o papel ativo exercido ao longo dos anos pelos poderes públicos. O Estado, por meio das políticas públicas implementadas, da ausência de fiscalização e de suas omissões, tem desempenhado um papel que, ao invés de reverter essa situação, tem reforçado o quadro de abandono e exploração de recursos humanos e ambientais. Em sua ação, continua a dirigir os investimentos para obras e melhorias urbanas de maneira desigual, concentradora e excludente. Os investimentos sociais (saneamento, escolas, centros culturais, bibliotecas, hospitais e postos de saúde, e transporte) na Zona Sul continuam sendo bem maiores (em quantidade e qualidade) do que na Zona Oeste, o que não só cristaliza os padrões de desigualdade econômica, social e no acesso às políticas públicas, como acentua essa disparidade.

Com o objetivo de atrair investimentos, o Estado em suas diversas esferas (municipal, estadual e federal) vem concedendo incentivos fiscais e subsídios para as empresas se instalarem na região e, ao mesmo tempo, se omitindo do seu papel de fiscalizador, frequentemente deixando de exigir o cumprimento das legislações vigentes. A política altamente permissiva do governo estadual, em termos ambientais, no que tange aos grandes empreendimentos industriais, tem ocupado um papel chave na atração pelo Rio de Janeiro de empreendimentos industriais altamente impactantes, danosos à natureza e à vida das pessoas que mais precisam de apoio das políticas públicas.

A baía de Sepetiba

A Baía de Sepetiba abrange, além de parte da Zona Oeste do Rio de Janeiro, os municípios de Itaguaí e Mangaratiba. Conforma uma região muito diversificada do ponto de vista ambiental e socioeconômico. É essa área também que, nos últimos anos, vem recebendo especial atenção por parte dos grandes projetos portuários e siderúrgicos, devido às suas vantagens logísticas e em termos de custos de operação.

Localiza-se no Estado do Rio de Janeiro, entre as latitudes 22º54' e 23º04'S e as longitudes 43º34' e 44º10'W, com área de aproximadamente 450 km2. Apresenta forma alongada, limitando-se a Norte e a Leste pelo continente, ao Sul pela restinga de Marambaia e a Oeste, pela baía de Ilha Grande. Seu comprimento é de 43 Km e sua largura é de 17 Km no sentido norte-sul, com perímetro de aproximadamente 123 Km e uma profundidade média de seis metros.

Do ponto de vista ambiental, em seu entorno existem importantes ecossistemas ainda preservados de florestas, restingas – como a da Marambaia – e manguezais. Podem ser encon-

tradas áreas remanescentes da Mata Atlântica, principalmente na Serra do Mar, considerada atualmente uma das 25 áreas mais importantes para a conservação da biodiversidade em todo o mundo. A baía desempenha também um importante papel no abrigo de espécies de aves nativas, endêmicas e ameaçadas de extinção, e no refúgio de aves costeiras; serve também como área de descanso para bandos de aves que procuram abrigo em sua vegetação. Os estuários, por sua vez, guardam uma imensa riqueza biológica típica de ambientes de transição — locais onde a água doce dos rios encontram-se com as águas do mar.

Mesmo com toda essa riqueza natural e o potencial turístico, o plano do governo é transformar a região num grande polo siderúrgico e portuário. Esta situação caracteriza a Baía de Sepetiba como uma das áreas do estado do Rio de Janeiro que apresenta atualmente grandes conflitos ambientais e sociais.

A atividade industrial na região teve início nos anos 1960 e continuou durante a década de 1970, com a construção da rodovia BR-10 e a implantação do Porto de Itaguaí. Na década 1980, a região apresentou taxas de crescimento demográfico elevadas, resultantes de dois fatores: o crescimento do turismo e, principalmente, as atividades relacionadas ao porto da região. Desde então, o incremento das atividades econômicas foi gerando fortes impactos sobre o meio ambiente. Hoje, a área industrial de Santa Cruz apresenta dois importantes pólos industriais: o de Paciência e o de Palmares, onde se encontram a Casa da Moeda, a FCC S.A. – Fábrica Carioca de Catalisadores, a Cosigua – Companhia Siderúrgica da Guanabara, a Valesul Alumínio S.A., A White Martins, a Glasurit, a Continac e a Latasa, entre outras.

Resulta desses surtos industrializantes das passadas o maior acidente ambiental que a região já sofreu e que lhe confere um imenso passivo ambiental, cujas consequências são sentidas até hoje: o acidente com a Companhia Ingá Mercantil, que havia iniciado suas atividades na Ilha da Madeira durante a década de 1960. Em 1996, em decorrência de fortes

chuvas, um acidente fez com que o precário dique de contenção da Ingá se rompesse, deixando vazar um grande volume de dejetos tóxicos com elevado teor de metais pesados. Os manguezais e a rica vegetação da Baía de Sepetiba foram atingidos. Detritos são encontrados até os dias de hoje. Calcula-se que o pescado na época tenha decrescido 60%. Houve ainda a contaminação da maricultura. Na ocasião, a Baía de Sepetiba ainda era o principal abastecedor de peixes do estado.

Assim sendo, ao se considerar a Baía de Sepetiba como destino de empreendimentos industriais deveria ser levado em consideração esse enorme passivo ambiental que a mesma apresenta: a presença de milhares de toneladas de metais pesados sedimentados no fundo da baía, resultantes do acidente da Ingá, faz com que os impactos de qualquer atividade produtiva que venha a ser implementada na região sejam potencializados. Contudo, o processo de licenciamento brasileiro foca sua análise nos impactos dos empreendimentos de forma isolada. A articulação com o ambiente e com os outros empreendimentos que existem no entorno não é levada em conta. Dificilmente, então, esse passivo e as demais indústrias do distrito industrial são levadas em consideração nos planos de investimento para a região. Isso, na prática, leva a uma subestimação dos riscos potenciais da implantação de novos projetos industriais na Baía de Sepetiba sobre o meio ambiente e sobre a saúde da população.

A leitura desta região como polo industrial se mantém até hoje, ainda que o Plano Estratégico da cidade do Rio de Janeiro confira à região uma estratégia de desenvolvimento calcada no fomento do ecoturismo, com enfoque nas vocações gastronômica, botânica, pesqueira e agrícola e na consolidação das diferentes expressões histórico-culturais da região. Em 17 de junho de 1986, a região litorânea da Baía de Sepetiba foi declarada Área de Proteção Ambiental (APA) por conta de um projeto de autoria do vereador Oswaldo Luís, Lei nº 1.208/88, de 23 de março de 1988, passando a ser alvo de proteção ambiental permanente.

Não obstante tais fatores, a Baía de Sepetiba mais uma vez encontra-se, atualmente, ameaçada pelos interesses industriais, resultante de um novo ciclo desenvolvimentista para a região. O entorno da baía tem sido cada vez mais um palco para a instalação de empreendimentos de grande porte dos setores químico, mineral e siderúrgico, que ameaçam acabar com toda a sua natureza e relegar à miséria (e, no limite, expulsar da baía) boa parte de sua população.

Do ponto de vista socioeconômico, atualmente, com exceção do bairro de Santa Cruz, cujo trabalho da população concentra-se no centro e entorno do Rio de Janeiro, a economia e a vida social dos demais municípios encontram-se pautadas principalmente nas atividades da pesca — artesanal, industrial e maricultura — e no turismo. Dos pontos de vista social e cultural, a região apresenta um universo composto por quilombolas, índios, pescadores artesanais e caiçaras, que, com a manutenção de suas tradições culturais e de seus modos de vida, conferem à região um imenso e diversificado patrimônio social e cultural.

É neste cenário de riquezas ambiental, social e cultural, mas também empobrecido e credor de uma dívida social e ambiental crescente, que os governos municipal, estadual e federal, juntamente com o empresariado nacional e internacional, estão construindo um imenso polo industrial e um complexo portuário voltado para a exportação de *commodities* (mercadorias) minerais e produtos siderúrgicos. O primeiro empreendimento desse polo industrial é a Companhia Siderúrgica do Atlântico (TKCSA) — a maior siderúrgica da América Latina —, já construída e atualmente operando sem licença de operação (só com licença de instalação). Para se ter uma ideia do tamanho do projeto, somente o canteiro de obras da TKCSA, durante a sua fase de construção, correspondia à área de dois bairros do Rio de Janeiro, a saber, Ipanema e Leblon, juntos. Além das obras da TKCSA, encontram-se em processo de licenciamento os seguintes projetos:



- 1) portuários o Porto Sudeste da LLX Logística, com capacidade de escoamento de 50 milhões de toneladas de minério do quadrilátero ferrífero; a ampliação do porto de Itaguaí; a construção de um grande porto e estaleiro para a construção de submarinos da Marinha do Brasil; e a construção de um megaporto compartilhado entre Petrobras, Gerdau e Companhia Siderúrgica Nacional (CSN), segundo memorando de entendimento assinado em agosto de 2008; e
- **2) siderúrgicos** expansão da capacidade produtiva da Gerdau Cosigua e a construção de uma nova usina de aços Gerdau Aços Especiais Rio.

Todos esses empreendimentos, que contam com apoio econômico e político dos governos brasileiros (municipal, estadual, federal) – por meio da isenção de impostos e de financiamento direto a suas obras, principalmente do BNDES –, geram enormes impactos econômicos, sociais, ambientais e culturais na região na qual estão sendo implantados, e são diretamente responsáveis por colocar em risco a população local, todo o ecossistema e, com isso, o enorme potencial econômico endógeno da região.

Mas, se por um lado, a Baía de Sepetiba é um espaço marginalizado, com profundas desigualdades e contrastes, por outro é também um espaço tradicional de lutas e de resistência – característica que acompanha a região desde os primórdios da ocupação de seu território, ainda em meados do século XX.

A Zona Oeste do município do Rio de Janeiro é também um espaço que apresenta uma trajetória rica em lutas por condições dignas de vida. Até a década de 1990, estas lutas centravam-se na questão da moradia. A partir da década de 2000, no entanto, esta resistência



passou a ser revestida por um caráter ambiental também. Atualmente, o grande desafio de parte de seus moradores é lutar contra os abusos dos grandes conglomerados industriais – tendo a TKCSA à frente –, que querem fazer da região uma nova Cubatão.

Moradores da Zona Oeste lutam para que as autoridades políticas e os donos do grande capital enxerguem que nenhum tipo de avanço industrial pode se realizar em prejuízo da população local e do meio ambiente, negando-lhes o seu direito ao desenvolvimento. No fundo, essa população resiste firme, não aceitando que o "progresso econômico", voltado para poucos, seja alcançado às custas da deterioração da qualidade de vida e da exclusão de muitos, como também da destruição do meio ambiente – bem este que é de toda a sociedade.

Em Santa Cruz, local onde a TKCSA está localizada, apresenta inúmeros projetos industriais (Valesul, Casa da Moeda, entre outros). Ao mesmo tempo, é um local que concentra extensas áreas industriais que atualmente abrigam conjuntos habitacionais como o Miécimo, o Guandu Velho, o Guandu II, o Liberdade, o João XXIII, o Novo Mundo, o São Fernando, entre outros. Com a chegada da TKCSA, essas famílias viram-se obrigadas a conviver diariamente com a poluição, a emissão de particulados e a degradação da qualidade de vida e da saúde.

Antecedente à implantação da TKCSA

No local onde se instalou a empresa viviam 75 famílias ligadas ao Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST). Elas já estavam acampadas há cinco anos e retiravam o sustento da produção agrícola. Com o andamento dos planos de instalação da indústria, essas famílias foram expulsas e/ou intimidadas a deixar a região. Muitas delas encontram-se atualmente em locais distantes e sem as mínimas condições para uma vida digna.

Os responsáveis pelo projeto da TKCSA

A Thyssen Krupp Steel é uma das maiores companhias siderúrgicas do mundo, com um faturamento anual de 39 bilhões de euros. As empresas Thyssen e Krupp se uniram em 1998 para ganhar força no mercado. Ambas eram gigantes do setor siderúrgico alemão, com mais de um século de tradição: a Thyssen foi fundada em 1811 e a Krupp, em 1867. Em todo o mundo, a Thyssen Krupp emprega 184 mil trabalhadores. No Brasil, emprega cerca de nove mil trabalhadores, distribuídos em 22 subsidiárias espalhadas pelo País, que são a base de operações do grupo empresarial na América do Sul.

A Vale, atualmente detentora de 26,85% do projeto, é considerada uma das maiores mineradoras do mundo. Trata-se de uma empresa global, com sede no Brasil, com mais de 100 mil empregados. A empresa produz e comercializa minério de ferro, pelotas, níquel, concentrado de cobre, carvão, bauxita, alumina, alumínio, potássio, caulim, manganês e ferroligas. Realiza também atividades em mineração, com investimentos em pesquisa mineral e novas tecnologias. Entre seus maiores diferenciais, que resultou na redução de seus custos operacionais, está a atuação e a *expertise* acumulada como operadora logística, que favorecem o escoamento de sua produção. Uma de suas principais estratégias é fazer com que a produção ganhe o mercado global, encurtando distâncias e criando corredores de exportação em regiões estratégicas.

Ao longo de sua história, a Vale vem apresentando uma relação muito próxima com o Estado brasileiro, mesmo depois de ser privatizada, em 1997. Existem casos de suspeita de troca de informações e de rodízio de cargos entre funcionários do alto escalão do governo e a mineradora. Em 2012 a companhia foi eleita por voto popular promovido pelo Public Eye como a empresa mais irresponsável social e ambientalmente do mundo.

Manipulação da participação popular

As audiências públicas são uma exigência da legislação ambiental brasileira para a concessão das licenças. Elas teriam o potencial de ser um importante instrumento para as comunidades e a sociedade civil organizada exporem os problemas que o projeto poderia causar. Porém, no caso da TKCSA, na prática, a manipulação da participação social durante as audiências prejudicou seu caráter democrático e a sua efetividade.

Nas três Audiências Públicas realizadas em 2006 como parte do processo de licenciamento ambiental, a empresa "mobilizou" diversos ônibus com pessoas provenientes de áreas extremamente pobres, inclusive externas à Baía de Sepetiba. Essas pessoas foram remuneradas para apoiar o empreendimento, levando faixas e cartazes que exaltavam a "geração de empregos" e o "progresso" da região. Em contraponto, era também grande a presença de seguranças privados e armados ameaçando os que se opunham ao empreendimento. As audiências foram realizadas em áreas que tradicionalmente sofrem com a ação de grupos de milicianos, o que aumentava o sentimento de insegurança.

Em muitos momentos das audiências, houve tumulto, com agressões físicas e um visível acirramento de conflitos entre os segmentos que estavam a favor da empresa e aqueles que se colocaram como críticos. De um lado, dirigentes de algumas entidades de pesca, ONGs e líderes comunitários cooptados e financiados pela empresa por meio de alguns projetos pontuais. De outro, ecologistas e pescadores prejudicados pelas obras da TKCSA.

Inúmeros eventos, workshops, e atos públicos de apoio à instalação da TKCSA na região foram realizados pela empresa, por meio de ONGs, de universidades privadas, associações comerciais e até mesmo com a ajuda de parlamentares, entre outros métodos de legitimação. A cooptação de autoridades públicas (das prefeituras e dos governos estadual e federal,

deputados e secretários do meio ambiente), de falsas lideranças comunitárias e de pescadores foi recorrente. Some-se a isso a assinatura de "contratos de prestação de serviços" com colônias e associações de pesca locais – algumas "criadas" de última hora apenas para este fim.

Técnicos do Grupo de Apoio Técnico do Ministério Público Federal (Gate) afirmaram num relatório de inspeção à TKCSA que, dentre os documentos que embasaram o licenciamento apresentados pela empresa, haveria assinaturas escaneadas e falsificadas, além de outras irregularidades. Algumas assinaturas nem mesmo corresponderiam aos nomes descritos no documento.

A Companhia Siderúrgica do Atlântico (TKCSA)

Trata-se do primeiro projeto do bloco de megaempreendimentos portuário e industrial planejado para a Baía de Sepetiba nas décadas recentes. Lançado em 2006, o conglomerado industrial, siderúrgico e portuário da TKCSA é um projeto da Vale e da Thyssen Krupp. Para esta última, a nova planta siderúrgica, que ao atingir pleno funcionamento será a maior da América Latina – com capacidade de produção de 10 milhões de toneladas de placas de aço por ano (o dobro do que produz atualmente) –, é uma peça central em sua estratégia de crescimento global. O empreendimento conta com amplo apoio dos governos municipal, estadual e federal por meio de financiamento direto de R\$ 1,48 bilhão do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES e isencões fiscais. O conglomerado é formado por:

1 - usina siderúrgica integrada, com capacidade de produção de até 10 milhões de toneladas de placas de aço/ano (atualmente produz metade);

- **2 usina termoelétrica**, para a geração de 490 MW de energia elétrica, alimentada por quatro milhões de toneladas de carvão mineral provenientes da Colômbia;
- **3 um porto**, com dois terminais, composto por uma ponte de acesso de 4 Km e um píer de 700 m que atravessa o manguezal e o oceano.

Antes de chegar ao Rio de Janeiro, as empresas tinham a intenção de construir o empreendimento em São Luís do Maranhão, onde encontrou forte resistência e mobilização de ambientalistas, sindicatos, moradores, pesquisadores, religiosos, movimentos sociais e Ministérios Públicos, articulados num movimento chamado Reage São Luís, contrário à instalação do polo siderúrgico. Após uma grande batalha em diversas instâncias, a siderúrgica teve de abrir mão dos seus planos de se instalar no Maranhão.

O estado do Rio de Janeiro, então, negociou a vinda da siderúrgica para Santa Cruz. Os trabalhos para a sua instalação foram iniciados em 2005. Desde então, os problemas am-

bientais e sociais causados pela TKCSA são inúmeros. Tornaram-se mais explícitos em 2007, com as obras de implantação. Desde então, movimentos sociais, universidades, sindicatos, assessorias, moradores e pescadores vêm denunciando no plano nacional e internacional as irregularidades da TKCSA. O assunto já foi tema do Jornal dos Economistas em 2009. Os primeiros a sofrerem foram os pescadores artesanais, seguidos pelos operários que trabalharam na obra. Com a inauguração em 18 de junho de 2010 os moradores do entorno passaram a sentir também constantemente os impactos negativos do empreendimento (MILANEZ et. ali.,

Baía de Sepetiba.



2011). Atualmente a TKCSA ainda opera com uma autorização de pré-operação (não utilizando toda a sua capacidade produtiva) integrante de sua Licença de Instalação. A empresa ainda não possui a Licença de Operação que lhe permite realizar 100% de sua capacidade produtiva. Veremos um pouco desses impactos a seguir.

A destruição do potencial turístico

A área em que a planta da TKCSA está localizada é próxima de um dos locais mais visitados no Rio de Janeiro em matéria de turismo, a Costa Verde. A formação nesta área de um enorme complexo siderúrgico destruirá todo esse potencial turístico e pesqueiro. As atividades industriais determinarão o aumento da movimentação de trens de cargas e de caminhões com minérios, assim como de enormes navios nos canais fluviais e no mar.

Os impactos sobre a pesca

As atividades de dragagem, as obras da empresa, o aumento da circulação de grandes navios na baía e canais — aumentando a área de exclusão da pesca —, além da contaminação das águas e dos peixes por metais como Cadmio, Chumbo e Zinco, vêm impedindo os pescadores da região de exercerem a atividade da pesca. Segundo confirma a reportagem d'*O Globo*, de 10 de agosto de 2008, os peixes vêm desaparecendo da região, colocando em situação de maior vulnerabilidade famílias inteiras que dependem da pesca e do turismo para sobreviver.



Fotos: 1 - Pescador da Baía de Sepetiba, 2 - Internet, 3 - Leandro Uchôas, 4 - Gilka Resende

Além disso, os pescadores que atuam naquela área da Baía de Sepetiba vêm sendo impedidos de trabalhar porque a empresa instala equipamentos dentro dos rios e porque a grande circulação de grandes embarcações os impede de navegar. Esses portos e a grande movimentação em torno deles já criou zonas de exclusão de pesca, ou seja, áreas em que, por motivos de segurança, a prática da pesca ficou proibida. Além disso, foi construído um enorme terminal portuário que avança cerca de 4km dentro do mar e que impede que os mastros dos barcos dos pescadores passem por baixo da ponte. Assim, para ir de um ponto ao outro em uma área onde tradicionalmente circulavam livremente, os pescadores precisam contornar a construção para chegar ao outro lado.

Todos esses atos estão violando direitos fundamentais dos pescadores e de outros segmentos da população local, como aqueles que vivem do turismo, cerceando seus direitos de ir e vir (C.F.B. art. 5º, XV). Esta situação caracteriza violação de um dos direitos mais elementares dos pescadores, impedindo-os de trabalhar e de exercer sua identidade social.

Matéria sobre a violação de direitos traba-Ihistas pela TKCSA

Fonte: Jornal O Dia



Violação de direitos trabalhistas

No mês de maio de 2008, o Ministério Público do Trabalho (MPT). em resposta à ocorrência de inúmeras denúncias de violações de direitos trabalhistas pela empresa e desmandos operacionais no canteiro de obras da TKCSA, realizou ali algumas blitzes. A instauração de Inquérito Criminal no MPT contra a empresa levou a incursões diárias de fiscais na localidade da Baía de Sepetiba.

m, ini Parred Calmbellar con telesione a paradicensor.

c, view process late on bequies.

om ramas, Area, Nones e sen-

A cohertence community 4 епревы Влакерить героптоtentoria mosillosa do alteral any dia complesse qui well sen. Tanha tels Elles a queren divisproductivação na France Opcio. A South recontract a service po-Gratically-rody Spiniter should freemore referotors and accretionnos. Max não salve sté spandra. "Allowade a maleria per pers. casaciro de abrua 114 tris. Non todos ceda no cosmos. more set spot aspet 6 is throse be-

disse Olivana Augustin, dana

e pludo de siane para visitar

andiabeles finance a Desergor A majoria des serrafiectos Nii reintrottado per justini. Al-

sections" description from White

mit de Principalme Brits (745)

Title power floor new sathris. Aleri investigará a denúi

> Homeson in Named lake Lay miles, where you is adulation the little real to creatput us bisso draftes are bri-Donner, a A Themselling pg CBA Sidertryica de ser resellções de marche on die er page. Proma fel recents

manation a Bright, G adversary emproperly destroit

Neste sentido é importante destacar como a empresa agia ao contratar funcionários para trabalhar nas obras de sua instalação. Em primeiro lugar, todas elas eram realizadas por empresas empreiteiras terceirizadas, que traziam trabalhadores de outras regiões do Brasil para trabalhar como obreiros. Cabe destacar que a vinda desses trabalhadores não estava inserida em um planejamento por parte do governo municipal, ocasionando o inchaço de bairros próximos ao canteiro de obras, aumentando a pressão sobre as áreas naturais e acentuando processos de favelização. Outra consequência foi a inflação dos preços de aluguéis e a sobrecarga dos serviços públicos de educação, saúde e previdência.

Em segundo lugar, de acordo com relatos ouvidos na região, a empresa, com o objetivo de evitar a consolidação de vínculo empregatício, contratava trabalhadores por um período de no máximo três meses junto a cada empreiteira. Como resultado, houve uma grande precarização do trabalho, com denuncias e suspeitas de ocorrência de muitos acidentes. É importante destacar também que, ainda que a empresa terceirizasse suas contratações, ela deveria ter responsabilidade sobre toda a sua cadeia produtiva e, portanto, deveria fiscalizar e acompanhar o trabalho de suas empresas terceirizadas.

Em abril de 2008, a Procuradoria do Trabalho interditou as obras da TKCSA por irregularidades como ausência de condições de segurança no trabalho e EPI (Equipamentos de Proteção Individual). Dias depois, o MPT retornou ao canteiro de obras para outra *blitz* e constatou que as irregularidades continuavam. Na ocasião, promoveu a interdição das obras da TKCSA por violação de cláusulas trabalhistas e de segurança no trabalho. Ficou determinado, posteriormente, que a TKCSA comparecesse ao MPT para assinar o Termo de Ajustamento de Conduta (TAC), sob pena de multa. A empresa fez um acordo no dia 12 de junho com o MPT. Entre as obrigações impostas, estavam a criação e o funcionamento, até o término da obra, de um serviço especializado em: engenharia; segurança e medicina do trabalho; elaboração de programas de condições e meio ambiente do trabalho na indústria da construção civil, controle médico e saúde ocupacional; e a obrigatoriedade do uso de equipamentos de segurança, bem como a não permissão do ingresso ou permanência de trabalhadores nas frentes de trabalho que não estejam assegurados pelas medidas elencadas nas normas de segurança. Além disso, a Thyssen Krupp foi obrigada a exigir das empresas contratadas e subcontratadas instalações sanitárias, vestiários, refeitórios e ambulatórios decentes, que não existiam anteriormente

A TKCSA é Perigosa!

Em 9 de novembro de 2011 um morador de Santa Cruz, que não quis se identificar, relatou ter visto nas proximidades da TKCSA uma enorme nuvem de fumaça, além de ter ouvido um grande estrondo e explosões. O fato foi noticiado pelo Jornal dos Engenheiros. No entanto, testemunhas dizem que o evento causou pânico nos trabalhadores e há um vídeo na internet gravado no dia 09 de novembro mostrando pessoas correndo assustadas no pátio da siderúrgica. Ainda não se sabe exatamente o que teria acontecido nesse dia. A empresa, em comunicado ao Jornal dos Engenheiros, disse que não teria ocorrido nenhum acidente com funcionários e que tudo não passaria de um procedimento padrão, quando há a abertura de válvulas de segurança do alto-forno com o objetivo de reduzir a pressão que se forma no interior do mesmo.

Não obstante essas punições, as violações permaneceram. No dia 13 de agosto de 2009, o jornal *O Dia* noticiou a existência de trinta homens, contratados por uma empreiteira para trabalhar na TKCSA, que estavam há dois meses sem receber salários, vivendo em condições precárias num alojamento em Itaguaí. Os trabalhadores, a maioria mineiros e paranaenses, tinham apenas uma refeição por dia, doada por uma comerciante da região que sensibilizou-se com o caso. Além disso, esses trabalhadores relataram que não conseguiam retornar para suas casas por falta de dinheiro para a passagem. Alguns encontravam-se, inclusive, doentes e sem cuidados médicos.

Exploração de mão-de-obra estrangeira

Com o objetivo de reduzir ainda mais seus custos com mão-de--obra, a empresa, na fase de construção, contratou imigrantes, principalmente chineses. A necessidade de mão-de-obra espe-



cializada poderia funcionar como justificativa em favor do recrutamento de trabalhadores estrangeiros. Porém, os operários chineses contratados realizam atividades que não exigem nenhuma especialização. O fato desses trabalhadores não possuírem relações sociais consolidadas no local das obras trazia uma vantagem adicional para a empresa, visto que possuíram menos capacidade de articulação, resistência e mobilização. Dessa forma, apresentavam para a empresa uma menor probabilidade de reivindicações com relação às condições de trabalho, como salários e o respeito às leis trabalhistas, ou de moradia.

Desde do início das obras, a empresa vinha tentando junto ao Governo federal trazer três mil operários chineses para trabalhar em seu canteiro de obras. A vinda dos chineses faria parte de um contrato firmado entre a Thyssen Krupp e a China International Trust & Investment Corporation (Citic). Contudo, segundo notícia d'O Globo de 19/08/2008, a empresa teria conseguido autorização para apenas 600 trabalhadores chineses.

Em setembro de 2008, segundo reportagem de Cássia de Almeida, no dia 13 de agosto de 2008, veiculada num jornal brasileiro, *O Globo – caderno de economia*, O Ministério Público do Trabalho entrou com uma nova Ação Civil Pública contra a empresa. A fiscalização do Ministério Público do Trabalho encontrou nas instalações da TKCSA um contingente de 120 chineses, sem registro ou contrato de trabalho, trabalhando como pedreiros, de forma totalmente ilegal.

Criminalização da resistência

Existem, ainda, muitos riscos a que estão submetidos os pescadores, os moradores de Santa Cruz e os ecologistas contrários à TKCSA. Sabe-se da presença de milícias armadas (grupos de extermínio, extorsão financeira e controle social formados por policiais, ex-policiais, ex-bombeiros e matadores de aluguel) que teriam entre seus "donos" ou "gerentes" alguns conhecidos parlamentares de Itaguaí, Mangaratiba e da Zona Oeste do Rio. Na região há crescentes suspeitas de que as milícias controlaram e fizeram a "segurança" do canteiro de obras durante a fase de construção da TKCSA. Atualmente, com a siderúrgica já em funcionamento, os mesmos métodos de intimidação — que incluem telefonemas com ameaças de morte — são utilizados para silenciar aqueles que denunciam os danos causados pela empresa. Desta perspectiva, são crescentes os riscos à integridade e à vida, bem como à segurança dos familiares das lideranças pesqueiras, ecologistas, lideranças comunitárias e moradores comuns que se opõem ao empreendimento da TKCSA.

Denúncias de envolvimento com milícias

Uma das denúncias mais graves contra a TKCSA foi feita durante audiência pública realizada na Assembleia Legislativa do Rio de Janeiro pela Comissão de Direitos Humanos, em 19 de março de 2009. Na ocasião, pescadores e defensores do meio ambiente e dos direitos humanos acusaram a empresa de contratar milicianos para fazer a seguraça de seu canteiros de obras. A empresa, na figura de seu representante Sr. Pedro Teixeira, alegou desconhecimento das acusações na audiência, ainda que no dia 03 de março tenha publicado nota paga nos principais jornais alegando que as denúncias de ligação da TKCSA com a milícia eram infundadas. Ela desconhecia mesmo as denúncias?

Dar visibilidade às denúncias pode gerar proteção aos ambientalistas, moradores e pescadores da região. Mas, ao mesmo tempo, gera também medo entre essas pessoas, pois aumenta a sua exposição. Isso cria um ambiente vulnerável e de tensão, especialmente nas praias, onde diariamente os pescadores se reúnem para trabalhar, consertar redes e vender o pescado. Nestas ocasiões, é comum ocorrerem conflitos verbais e ameaças às lideranças que estão "atrapalhando" os negócios da TKCSA e os acordos feitos com algumas entidades do setor pesqueiro. As ameaças sofridas pelos pescadores tornaram-se cada vez mais constantes e graves, culminando na necessidade de afastamento de uma liderança da pesca da Baía de Sepetiba, no início de 2009, sob ameaça de morte. Hoje, este pescador encontra-se refugiado e está sob proteção do Programa Nacional de Proteção aos Defensores dos Direitos Humanos.



A falsa promessa de empregos

Com o argumento de "geração de empregos", "desenvolvimento" e "progresso" no Brasil, omite-se que no projeto da TKCSA boa parte dos empregos gerados pelo empreendimento, nas fases de construção e operação, veio da contratação de trabalhadores trazidos do exterior. Ao mesmo tempo, pelos impactos que vem provocando na região, a multinacional de origem alemã já está prejudicando e tirando renda e trabalho de cerca de 8.070 pescadores artesanais e de boa parte da população local, que vive do comércio e de serviços.

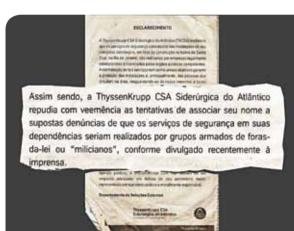
As ocorrências observadas nesta área demonstram que a principal propaganda da empresa ao se instalar na região – a geração de empregos – não passou de uma estratégia de *marketing*, que não guarda muita correspondência com a realidade. A geração de empregos foi estimada em 18 mil cargos durante a instalação, e 3.500 empregos diretos na fase posterior de operacionalização. No entanto, em outubro de 2009, a empresa já reduziu os empregos esperados para 2.500.

Nota de esclarecimento publicada pela TKCSA.

Fonte: Jornal O Globo

Crimes ambientais

Desde o início da dragagem da TKCSA, a transformação do ambiente e sua deterioração tornaram-se visíveis. A empresa transformou canais que deságuam na Baía de Sepetiba em efluentes de dejetos oriundos do processo de dragagem, acelerando também a degradação da bacia hidrográfica, que compõe uma biota singular e mantém todo o equilíbrio ecológico da baía. Descreveremos abaixo alguns dos principais crimes cometidos contra a natureza.



Os impactos das dragagens: quando em operação, as dragas promoveram a destruição e a morte de espécies marinhas, sugadas pelos tubulões. Incluem-se aí até mesmo espécies em período de defeso, como camarão e sardinha.

Desrespeito à legislação ambiental: desde o início das atividades de implantação e planejamento da obra, o EIA-Rima (Estudo de Impacto Ambiental e Relatório de Impactos do Meio Ambiente) do empreendimento violava a Lei Federal nº 7661/88. Descumpria também o Decreto de regulamentação nº 5.300/2004 (Gerenciamento Costeiro), que determina que o licenciamento de empreendimentos na zona costeira seja realizado exclusivamente pelo órgão ambiental federal, o Ibama, e não pelo órgão estadual, a Feema, como foi realizado no caso da TKCSA. Além disso, em dezembro de 2007 a obra foi embargada pelo Ibama (Relatório de Fiscalização nº 236, de 27/01/2007, e Auto de Infração nº 512869, de 20/12/2007, do Ibama). Esses documentos determinavam o embargo das obras devido à ocorrência de desmatamento de vegetação de manguezal (considerada Área de Preservação Permanente) sem a prévia autorização do órgão ambiental competente, com a aplicação de multa de R\$

100 mil, bem como denunciavam a existência de irregularidades na Licença de Operação (LO) da Feema. Após o embargo a empresa assinou mais um TAC.

A TKCSA se instala em área de preservação permanente.

Fonte: Ministério Público Federal



Contaminação de toda a vida marinha

Muitas são as evidências de que a contaminação química da Baía de Sepetiba já afeta a fauna marinha e a saúde pública da região. Conforme dito anteriormente, vários produtos químicos, como



oglobo.com.br

O GLOBO

Siderúrgica aumentará em 76% emissão de CO₂ no Rio

CSA vai lançar 12 vezes mais gás poluente do que toda a indústria

 A sons substituções de Tax, e Compunitar.
Interiorigiçõe de Tax, e Compunitar.
Interiorigiçõe de Tax, e Compunitar.
Interiorigiçõe de Tax, e Compunitar de Compunitar de Tax, e compunitar de Compu tati em 201. a cargo de débatio de carbono por son, segundo dados da Socretaria estas metamento son 975. a discussiv em 207, se discussiv em 207, se discussiv em 207, se discussiv em 207, se discussive handido de Andrewio, em 207, se discussive handido de Socretaria estas metamentos. produçõe de NJ millides de tourladas de CO, per aim. O valur represents male de LT - da legistação am vigur".

can note, que "cuerpre todas as catgliscias

to è de pripeto potento, mas nilo está clare





pulação de Santa Cruz.

cádmio, zinco e chumbo vazaram em grande volume da falida Ingá Mercantil em sucessivos desastres nos últimos 20 anos. A cada nova dragagem e com as obras de instalação da TKCSA na Baía de Sepetiba esses metais pesados, antes assentados no assoalho oceânico, eram revolvidos e retornavam para a água.

Chuva de prata

chamam os moradores é ocasionada pelo armazenamento contínuo do ferro gusa em pocos ao ar livre, os pocos de basculafuncionamento dos alto fornos da TKCSA obrigando-a a colocar o ferro gusa em poços ao ar livre sem controle de emissões. O problema, segundo o MPRJ, teria sido resultado de três fatores: o não funcionamento da aciaria: o subdimensionamento da máquina lingotadeira que receberia o contenção de particulados nos poços de basculamento. Detalhe: MPRJ (Ministério tataram a existência desses poços que até

Os impactos sobre a saúde pública

O rápido desenvolvimento industrial e urbano tem como consequência o aumento crescente da emissão de poluentes atmosféricos. Estudos relatam a grande variedade de substâncias oriundas das etapas de produção de aço que podem ter impacto sobre a saúde. Do ponto de vista da saúde, o material particulado emitido ganha destaque (PORTO et al., 2011).

Após o início das operações, em 18 de junho de 2010 (autorização de pré-operação), a incapacidade da TKCSA em garantir as condições operacionais adequadas desencadeou uma série de eventos de poluição atmosférica, descritos pela população como uma chuva de poeira prateada. Segundo relatos a presença dessas partículas no ar é constante, apresentando picos quando lembra uma chuva de prata. Segundo os moradores essa poeira desencadeou problemas respiratórios e dermatológicos que afetam principalmente os idosos e as crianças.

Na ocasião da Missão de Santa Cruz (17 de setembro de 2010), pesquisadores da Fiocruz coletaram o material depositado nas residências próximas a TKCSA e encaminharam para um laboratório do Centro de Estudos de Saúde do Trabalhador Ecologia Humana, da Escola Nacional de Saúde Pública Sérgio Arouca, da Fundação Oswaldo Cruz. O resultado demonstrou a presença dos seguintes elementos: Al, As, Ba, Br, Ca, Cd, Ce, Cl, Cr, Cu, Fe, K, La, Mg, Mn, Nd, Ni, P, Pb, Pr, Rb, S, Sr, Zn (PORTO et ali., 2011).

Os elementos químicos encontrados, segundo dados da literatura analisada pelos técnicos da Fiocruz, estão entre os possíveis poluentes gerados pelo processo produtivo da siderurgia. Os impactos na saúde causados pela exposição a esses elementos químicos são diversos, desde transtornos cognitivos a casos mais graves, como câncer.

Os poluentes atmosféricos têm impactos em diversos níveis: desde uma escala mais ampla, global, ao acelerar o processo de aquecimento do planeta; regional, ao provocar chuva ácida; e local, ao emitir poluentes perigosos, como o benzeno e hidrocarbonetos policíclicos aromáticos (HPAs).

Documento do MPRJ sobre os poços de basculamento da TKCSA.

Fonte: Ministério Público do Rio de Janeiro

Um dos mais perigosos poluentes associados à siderurgia é o benzeno. Ele é um líquido incolor, volátil e altamente inflamável, que é liberado sob a forma de gás no processo de transformação do carvão em coque. A exposição aguda ao benzeno pode resultar em toxidade neurológica, e sua ingestão pode causar toxidade do sistema digestivo e nervoso. A exposição crônica pode gerar toxidade para o sangue, incluindo anemia (insuficiência de glóbulos vermelhos), leucopenia (insuficiência de glóbulos brancos) e trombocitopenia (insuficiência de plaquetas). Além disso, há pro-



A partida do segundo alto-forno

de funcionamento do primeiro alto-forno da TKCSA em 18 de junho de 2010 -amplamente divulgados pela mídia- o MPRJ em reunião com o Conselho de Diretores do Essa decisão foi comunicada em memorando de entendimentos assinado entre o INEA e o MPRJ no dia 13 de dezembro de 2010. No entanto, mediante alegações da TKCSA de que faria demissões caso o segundo alto-forno não entrasse em operação, a Secretária Estadual do Ambiente, Marilene Ramos, numa decisão ratificada pelo governador Sérgio Cabral, autorizou a partida do segundo alto-forno contrarian-INEA e o MPRJ. A mesma poluição atmosférica com danos à saúde da população de Santa Cruz foi sentida com a partida do segundo alto-forno em 15 de dezembro de a TKCSA estava operando sem autorização tido na licença de operação vigente naquele momento já havia expirado e não tinha

pensão também a gerar leucemia. Muitas das HPAs podem causar câncer ou mutações, pois são capazes de reagir com o material genético que forma o núcleo das células.

Poluição ampliada

Os efeitos maléficos da implementação de uma siderúrgica sobre a saúde, o ambiente e a economia são ainda potencializados se considerarmos que a planta industrial está localizada dentro da cidade do Rio de Janeiro, a 60 km do centro da cidade. De carro, podese chegar às obras em, no máximo, uma hora. Essa proximidade, somada à ação dos ventos litorâneos, determina que os poluentes atmosféricos cheguem facilmente a um dos mais populosos centros do Brasil. O centro da cidade do Rio de Janeiro é o local que concentra a maior parcela das populações carioca e fluminense e onde ficam também o centro financeiro e importantes pontos turísticos da região.

Se levarmos em conta que a TKCSA é a maior siderúrgica da América Latina e que 40% da população do Rio de Janeiro se concentra no centro da cidade (cerca de 2,5 milhões de pessoas), podemos deduzir os riscos deste projeto sobre a saúde da população. Deveríamos, para isso, considerar o exemplo da cidade de São Paulo: cerca de 10% das internações de crianças em hospitais são por motivo de doenças respiratórias e 9% das mortes de idosos estão ligadas à

alta concentração de partículas suspensas na atmosfera, grande parte resultante de atividades mineradoras e industriais

Assim, os danos envolvidos na construção da TKCSA não se resumem aos impactos locais, mas tem abrangência ampliada e coloca em risco toda a população do Rio de Janeiro, Itaguaí e Mangaratiba. Esses megaempreendimentos destroem o meio ambiente e ecossistemas importantíssimos para a manutenção da diversidade biológica do estado, um bem público e patrimônio de todos; contribuem para a poluição atmosférica; e representam um enorme risco à saúde pública.

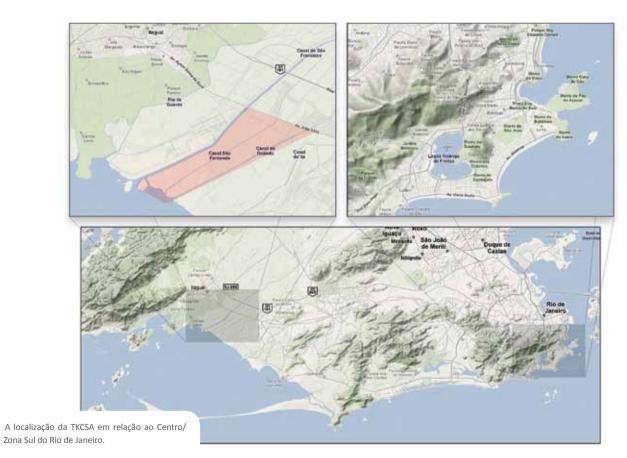
O financiamento público ao empreendimento

Boa parte deste investimento é financiado com dinheiro público, seja por meio de fartas isenções fiscais, seja por financiamento direto do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES). O Banco também financiará parte das atividades de responsabilidade social da empresa, num montante estimado em R\$ 10,5 milhões. Adicionalmente, o BNDES aprovou financiamento de R\$ 1,48 bilhão destinado à aquisição de máquinas e equipamentos nacionais, obras civis, instalações e montagens associadas, que correspondem a 18% do investimento total do projeto.

Além disso, o terreno sobre o qual a empresa está sendo construída foi concedido gratuitamente pelo governo estadual.

Alguns indícios da poluição atmosférica:

- 1 a Secretaria Estadual do Ambiente calculou que a TKCSA elevará em 76% as emissões de CO2 no Rio de Janeiro. O valor representa mais de 12 vezes o total de emissões industriais desse gás no município e cerca de 14% do total de emissões do estado (incluindo todas as fontes), que atualmente gira em torno de 70 milhões de toneladas.
- 2 a Fiocruz constatou um aumento de 1.000% na concentração de ferro no ar da região.
- 3 um estudo realizado pelo Instituto de Geociências da UFRJ, atestando aumento de 600% na concentração media de ferro na área de influencia da TKCSA.



Conversas com o BNDES

Desde que as dragagens da TKCSA começaram na Baía de Sepetiba, em setembro de 2006, as organizações que se opõem ao empreendimento vêm tentando abrir um canal de diálogo com o BNDES e com a própria empresa. Dessas ações, poucos resultados foram efetivamente obtidos.

Em 2007, após ato público de protesto em frente ao BNDES, foi realizada na sede do banco uma reunião entre uma comissão de representantes dos pescadores e movimentos sociais do Rio de Janeiro e funcionários do banco. Estavam presentes na ocasião os advogados Victor Mucare, Carlos Jung, o ambientalista Sergio Ricardo, os pescadores Luís Carlos (Apescari), Ivo Soares (AAPP-Guaratiba), André (Confapesca e Fapesca-RJ) e Marcos Garcia (Fapesca-RJ e Abit). O objetivo era denunciar as irregularidades e os impactos ambientais e sociais que as obras da TKCSA vinham ocasionando na Baía de Sepetiba e solicitar a interrupção do financiamento do BNDES, até que as irregularidades fossem corrigidas e os impactos solucionados. Na época, tendo em vista as denúncias, o banco chegou a suspender o financiamento por um período de nove meses. Mas depois disso, e sem que nada fosse efetivamente corrigido, o financiamento teve continuidade.

Já em 2 de outubro de 2008, munidos de toda a documentação a respeito do caso e das irregularidades e crimes da TKCSA, representantes do Instituto de Políticas Alternativas para o Cone Sul (Pacs), da Rede Brasil, do Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas (Ibase) e de associações de pescadores da Zona Oeste do Rio de Janeiro, no âmbito da Plataforma BNDES, reuniram-se na sede do BNDES para solicitar novamente a suspensão do financiamento de R\$ 1,48 bilhão à Companhia.

Nessa ocasião as denúncias e as provas dos crimes cometidos pela empresa foram entregues ao presidente do BNDES, Luciano Coutinho, e ao Ministro do Desenvolvimento, Paulo Bernardo. Também foi estabelecido contato com a equipe responsável pelo projeto dentro do BNDES, bem como junto a ouvidoria do banco. Nenhuma providência foi tomada.

Isenção de impostos

A TKCSA também foi dispensada do pagamento de tributos municipais (ISS) e estaduais, por cinco e 12 anos, respectivamente. Segundo a Secretaria Estadual de Fazenda, nos últimos quatro anos (2007-2010) a TKCSA deixou de pagar ao governo estadual R\$ 695 milhões devido à isenção de ICMS.

A isenção de pagamento de ISS foi concedida pela LEI nº 4.372, de 13 de junho de 2006. A

TKCSA receberia a isenção total de ISS sobre alguns itens e usufruiria da incidência de alíquota especial sobre outros, por um período de cinco anos. No entanto, a isenção ficava condicionada a algumas exigências. Dentre elas a geração de empregos e a realização de programas de capacitação profissional nos níveis básico, médio e superior, na área do complexo siderúrgico. O projeto deveria atender anualmente cerca de 500 pessoas da região da Baía de Sepetiba. Adicionalmente, a lei que concedia a isenção obrigava a TKCSA a destinar 25% do valor, economizado com a isenção para a elaboração de um Plano Diretor do entorno, prevendo o aumento populacional que o empreendimento causaria, além da recuperação da Baía de Sepetiba.

Nos últimos quatro anos (2007-2010) a TKCSA deixou de pagar ao governo estadual R\$ 695 milhões devido à isencão de ICMS.

Fonte: Jornal Extra



Quanta generosidade!

» É de impressionar a resporta do secretário estadual de Fuzenda, Renato Villeta, ao requerimento de informações do deputado Marcelo Freixo (PSOL) sobre beneficios fiscais concedidos pelo governo do estado a empressa secidada no Río. De 2007 a decembro de 2010, foram concedidos mais de R\$ 50 bilhões em isenções de ICM\$ a mais de 20 mil empresas.

O pico foi no ano passado, com R\$ 15,2 bilbões.

É dando que se recebe?

 Do bolo, R\$ 695 milhões representaram a conomia feita pela Companhia Siderúrgica do Adântico (CSA) com as senções com que foi presenteada nos últimos quairo anos.

Esse montante faz parecerem quase rada os R\$ 4 milhões em multas e os R\$ 14 milhões em ações para compensar os danos peovocados pela poluição provocada pela siderárgica na Zona Oeste do Rio.

Nenhuma das condições estipuladas pelo estado foram cumpridas pela TKCSA. Mesmo assim, no início de 2009, foi encaminhado à Câmara dos Vereadores do município o Projeto de lei nº 1, pelo prefeito Eduardo Paes, que visava à extensão desses benefícios por mais cinco anos. O novo projeto de lei alterava as condicionalidades para a isenção do ISS, retirando a maioria delas. Porém, diante do crescimento da visibilidade das violações e irregularidades cometidas pela TKCSA, o projeto de lei que pretendia ampliar os benefícios da empresa e reduzir seus deveres foi retirado em junho de 2009. Em outubro de 2009, outro projeto de lei nos mesmos moldes foi encaminhado novamente para votação na Câmara dos Vereadores. Atualmente, a TKCSA permanece com a isenção de ISS.

A opinião da comunidade local

Os moradores da região estão divididos. Parte dos moradores foi seduzida pelas promessas iniciais de emprego e pelas ideias de "progresso" e "desenvolvimento". Mas outra grande parte se opõe à obra e denuncia os impactos que a empresa vem provocando. Para angariar apoio, a empresa se utilizou de meios antiéticos, "comprando" lideranças e manipulando as audiências públicas que, como vimos, são obrigatórias no processo de licenciamento ambiental. Em 2006, por exemplo, durante as audiências públicas, a TKCSA mobilizou pessoas que nem mesmo moravam na região para participar das audiências públicas, chegando a pagar um valor que variou de R\$ 30,00 a R\$ 50,00 pela participação.

Conforme informamos acima, algumas lideranças dos pescadores também foram cooptadas. Em troca de apoio, a empresa aluga seus barcos e assina contratos de "prestação de serviços", mantendo assim alguns pescadores calados quanto aos impactos das obras. A

empresa vem fazendo uso também da violência e de ameaças, com o objetivo de manter os movimentos de resistência "quietos". Nunca é demais relembrar as denúncias de que a segurança tanto do canteiro de obras como da empresa já em funcionamento vem sendo realizada por integrantes da milícia local, o que coloca em risco a vida de todos os que se opõem à obra.

Movimentos sociais locais opostos ao projeto

Há, contudo, uma grande parte da população local que se opõe à implantação da empresa e que não se intimida com as ameaças. Muitos desses grupos estão ligados aos pescadores, moradores da região e professores. Essas associações, além de entrarem na justiça contra a empresa, vêm promovendo protestos e unindo esforço para divulgar os crimes que a TKCSA vem promovendo na Zona Oeste. Dentre as organizações da pesca tem-se: Confederação das Federações de Associações de Pescadores Artesanais do Brasil (Confapesca), Federação das Associações de Pescadores Artesanais do Estado do Rio de Janeiro (Fapesca-RJ), Associação de Pescadores do Canto dos Rios (Apescari), Associação de Pescadores e Aquicultores da Pedra de Guaratiba (AAPP-Guaratiba), Associação de Pescadores, Aqüicultores e Barqueiros de Itacuruçá (ABIT-Itacuruçá-Mangaratiba-RJ), Associação de Maricultores de Coroa Grande (Amacor-Itaguaí-RJ), Associação de Pescadores da Ilha Da Madeira (Apaim-Itaguaí-RJ), Associação de Pescadores Z-15 de Sepetiba, Fórum de Meio Ambiente do Trabalhador, Grupo de Defesa Ambiental e Social de Itacuruça (GDASI-Itacuruçá-Mangaratiba-RJ) entre outros.

Outros movimentos e instituições também encamparam as críticas dos pescadores e dos moradores. Dentre as organizações ligadas à igreja católica tem o grupo Fé e Política e

as Pastorais Sociais (Zona Oeste). No Plano Regional temos o Núcleo Socialista de Campo Grande, o Instituto de Formação Humana e Educação Popular (IFHEP), o Comitê Popular de Mulheres, e o Sindicato Estadual dos Profissionais da Educação. Já no Plano Nacional, a Associação dos Servidores da Fundação Oswaldo Cruz (ASFOC), a Rede Brasileira de Justiça Ambiental, o Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MST), o Movimento dos Trabalhados Desempregados (MTD), a Central dos Movimentos Populares (CMP), a Justiça Global, Mandatos de Parlamentares no plano estadual e federal, a Fiocruz, a UFRRJ, a UERJ, o Fórum de Saúde e outros. No plano internacional temos o Instituto Rosa Luxemburgo, Jubileu Sul Brasil e Americas, o Enlançando Alternativas e o Instituto Transnacional, a Articulação Internacional dos Atingidos pela Vale, o Acionistas Críticos Alemanha, a Kobra Alemanha, o Centro de Pesquisa e Documentação Chile e América Latina - FDCL, o Salve a Selva, entre outros.

Duplo padrão

No Parecer da Fiocruz (Firpo & Milanez, 2009), os técnicos apontam para a prática de duplo padrão, conceito que descreve uma forma particular da atuação de empresas transnacionais que adotam padrões de segurança e controle ambiental inferiores aos exigidos pela legislação de seus países de origem. São apontados dois indícios de que a TKCSA estaria se beneficiando da vulnerabilidade institucional do sistema de qualidade ambiental do Brasil, adotando práticas que seriam questionáveis frente à legislação europeia.

O primeiro diz respeito ao Rima do empreendimento. Nele há a ausência de uma descrição quantitativa sobre a situação da qualidade ambiental na região do empreendimento após o início da operação da siderúrgica, bem como das consequências dessas emissões sobre a saúde da população. A legislação europeia exige que as empresas que desejem instalar



Fonte: 1 - Leandro Uchôas, 2 - German Alemanni, 3 - Jornal Estadão, 4 - Ângelo Cuisse unidades produtivas em qualquer país da União Europeia devem incluir no pedido de licenciamento ambiental uma descrição do tipo e volume das emissões previsíveis da instalação para os diferentes meios físicos e de quais os seus efeitos no ambiente. De acordo com a legislação ambiental, esses dados deveriam se tornar públicos no momento do licenciamento para serem debatidos pela opinião pública.

O segundo indício refere-se à concentração de poluentes na região do empreendimento. A qualidade do ar observada em Santa Cruz apresenta uma qualidade inferior àquela recomendada pelos padrões europeus. Sem a instalação da usina siderúrgica, a qualidade do ar na região onde será instalado o empreendimento já é considerada ruim o suficiente pelo padrão europeu para causar impactos negativos sobre a saúde das pessoas e ao meio ambiente, e é alvo de programas de despoluição e melhoria da qualidade do ar. Assim, dificilmente na Alemanha a instalação de uma usina como a TKCSA numa região como a Zona Oeste do Rio seria permitida.

Reações da empresa

Em todo o processo de resistência e enfrentamento, não podemos dizer que a empresa tenha aberto um campo de diálogo com os pescadores e suas associações e nem com os moradores. As únicas conversas que foram iniciadas se deram bem no início da implementação da empresa, em 2006. Essas "conversas", no entanto, foram no sentido de tentar cooptar os pescadores. A empresa oferecia alguns projetos como fábricas de gelo e/ou reforma da associação, sempre em caráter informal, no boca-a-boca. Após essas tentativas, que não foram aceitas por muitos pescadores, a empresa recuou e eliminou o diálogo de seus instrumentos de ação. Atualmente a empresa edita um jornal intitulado "Alô Comunidade", onde faz propaganda de seus projetos sociais.

Aspectos legais e jurídicos

Encontram-se em andamento quatro volumosos inquéritos civis e um criminal, no âmbito do Ministério Público Federal e Estadual da Capital do Rio de Janeiro, sendo que o do MPF já dispõe de quase quatro mil folhas. Entre maio e junho de 2008, algumas das providências solicitadas desde 2006 pelos movimentos sociais e a comunidade pesqueira finalmente foram adotadas pelo MP Federal. Este mesmo órgão apontou vários erros no licenciamento ambiental da TKCSA.

Ações penais que possuem a TKCSA como objeto

Existem duas ações penais movidas pelo Ministério Público (MP) do Estado do Rio de Janeiro por crimes ambientais contra a TKCSA e uma contra a Usiminas, empresa responsável pela realização de uma auditoria na TKCSA. Na primeira, o MPRJ acusa a TKCSA de crimes ambientais e indicia dois executivos da empresa: o diretor de projetos da Companhia Friedrich-Wilhelm Schaefer e o gerente ambiental Álvaro Francisco Barata Boechat. As penas podem ultrapassar 19 anos de reclusão para cada um dos dirigentes, segundo o MPRJ. De acordo com a ação, o empreendimento e os executivos cometeram quatro crimes ambientais, sendo o mais grave o derramamento do ferro-gusa (normalmente destinado a aciaria) em poços de emergência, ao ar livre e o sem controle da emissão de toneladas de material particulado que afetam a saúde da população local.

A segunda ação penal, de 9 de junho de 2011, denuncia novamente a TKCSA por crimes ambientais, bem como indicia o Diretor de Sustentabilidade da empresa Luiz

Cláudio Ferreira Castro. A ação afirma que mesma já respondendo a uma ação penal anterior, fruto do início de funcionamento do alto forno 1, a TKCSA não adotou nenhuma medida de precaução ao acionar o alto forno 2, o que teria provocado e acentuado os problemas observados anteriormente. Ao mesmo tempo, ao perceber a ocorrência destes problemas, a TKCSA teria omitido e ocultado informações, uma vez que não teria comunicado aos órgãos ambientais brasileiros competentes a sua ocorrência. Os denunciados, segundo o MPRJ, teriam cometido os seguintes crimes previstos na Lei brasileira 9.605/1998: "causar poluição em níveis que possam resultar em danos à saúde humana; causar poluição que provoque a retirada, ainda que momentânea, dos habitantes das áreas afetadas; lançamento de resíduos em desacordo com as exigências estabelecidas em leis ou regulamentos; deixar de adotar medidas de precaução em caso de risco de dano ambiental grave ou irreversível; instalar ou fazer funcionar serviços potencialmente poluidores, sem licença ou autorização dos órgãos ambientais; e deixar de cumprir obrigação de relevante interesse ambiental".

A terceira ação, do dia 01 de julho de 2011, foi ajuizada pelo Ministério Público do Rio de Janeiro contra a Usiminas, empresa contratada pelo governo do Rio de Janeiro para realizar uma auditoria na TKCSA como condicionante para a Licença de Operação, por crimes ambientais. O MPRJ denuncia quatro de seus funcionários: Bruno Menezes de Melo, Ricardo Salgado e Silva, Marta Russo Blazek e Monica Silveira e Consta Chang por terem apresentado um relatório de auditoria ambiental parcialmente falso e enganoso.

Em novembro de 2011 o Ministério Público do Rio de Janeiro (MPRJ) enviou à segunda Vara Criminal de Santa Cruz uma liminar proibindo a ThyssenKrupp Siderúrgica do

Atlântico de despejar ferro gusa em poços ao ar livre. O pedido faz parte da segunda ação penal movida pelo MPRJ contra a empresa.

As associações de pescadores possuem ações contra a empresa pelos danos que lhes foram causados desde a sua implantação.

Cerca de 238 famílias que vivem próximas às instalações da empresa estão em contato com a Defensoria Pública com o objetivo de entrarem com ações contra a empresa por conta de problemas dermatológicos, respiratórios e oftalmológicos relacionados à chuva de prata emitida pela companhia.

A atuação das autoridades brasileiras

Desde a inauguração, em 2010, a TKCSA já recebeu inúmeras multas por conta dos problemas causados aos moradores de Santa Cruz, que chegam a R\$ 14 milhões. Contudo, boa parte dessas multas, ao invés de ir para os cofres públicos, é usada pela empresa em obras e projetos sociais que divulgam a sua marca e vendem a imagem da empresa como "boazinha e preocupada com a comunidade em que está localizada". A empresa já reverteu as multas em reformas de praças, no desenvolvimento da Copa Social em Santa Cruz, na construção de um Posto de Saúde da Família e de uma Escola Pública, entre outros. Todas as iniciativas contam com enormes placas comunicando o "patrocínio" da empresa a esses projetos. No entanto, na verdade, os recursos destinados a esses empreendimentos já eram recursos públicos, pois são provenientes de multas devidas pela empresa ao Estado.



Fotos: Leandro Uchôas

Algumas conquistas até aqui

Desde 2006, período em que a TKCSA iniciou os processos para a sua instalação, até hoje, quando a TKCSA já completou um ano de funcionamento, muita coisa foi feita. Avançamos muito.

1 - A TKCSA ficou conhecida na Alemanha e no Brasil como um exemplo ou benchmark de irresponsabilidade social empresarial

Na Alemanha isso se refletiu no descontentamento dos acionistas durante a Assembleia dos Acionistas e foi responsável também, em parte, pelo anúncio de prejuízos nos resultados da ThyssenKrupp de 1,29 bilhão de euros, o que contrasta brutalmente com os lucros que vinha apresentando em exercícios anteriores.

2 - A Licença de Operação da TKCSA ainda não saiu

Um outro indício é a TKCSA ainda estar operando com Licença de Instalação (LI) concedida apenas para testes (é obrigada a produzir abaixo da sua capacidade máxima). A licença de instalação da usina siderúrgica tem validade até setembro de 2012 (última renovação), quando a empresa deve obter a emissão da licença de operação para continuar operando. Todo o processo de licenciamento da TKCSA foi marcado por denúncias de irregularidades e impactos, o que tornou mais difícil para as autoridades fluminenses concederem a licença. A licença de instalação já foi prorrogada/renovada algumas vezes, mas até hoje a licença de operação não foi concedida por conta dos problemas da usina, dos impactos sobre os moradores e os pescadores e pela repercussão na mídia.

3 - Processos movidos pela TKCSA contra pesquisadores da Fiocruz e da UERJ

Numa tentativa de intimidação à livre expressão e de imposição de obstáculos às ações e estudos técnico-científicos em andamento, a TKCSA processou, por danos morais, servidores da Fiocruz e da UERJ. Inicialmente moveu ação contra o pesquisador pneumologista, Hermano Albuquerque de Castro, da Escola Nacional de Saúde Pública Sergio Arouca (ENSP), e, mais recentemente, contra o engenheiro sanitarista Alexandre Pessoa Dias, professor-pesquisador da Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio (EPSJV), ambas unidades da Fundação Oswaldo Cruz, do Ministério da Saúde, além da bióloga Mônica Cristina Lima, do Hospital Universitário Pedro Ernesto, da Universidade do Estado do Rio de Janeiro e membro da diretoria do Sindicato dos Trabalhadores das Universidades Públicas Estaduais do RJ (Sintuperj).

As duas últimas ações judiciais se deram após a divulgação do relatório técnico: "Avaliação dos impactos socioambientais e de saúde em Santa Cruz decorrentes da instalação e operação da empresa TKCSA". O documento teve como objetivo avaliar em bases técnico-científicas os impactos à saúde ambiental e humana, visando subsidiar as futuras ações institucionais da Fiocruz na análise do problema e no apoio à implantação de políticas e ações que protejam a saúde da população.

Contudo, movimentos sociais e outras organizações fizeram um grande movimento de recolhimento de apoio de entidades e pessoas, nacional e internacional, a esses pesquisadores. A defesa dos mesmos no âmbito jurídico foi realizada por um conjunto de advogados renomados capitaneados pela OAB, Comissão de Meio Ambiente. No dia 13 de janeiro de 2012, diante da pressão e da repercussão negativa das ações, a TKCSA retirou as acões contra os pesquisadores, o que foi uma grande vitória nossa.

4 - Fortalecimento da organização, com maior protagonismo local

A organização popular na Baía de Sepetiba sempre foi uma tarefa difícil. As famílias impactadas negativamente pela TKCSA, tanto de moradores quanto de pescadores, caracterizam-se por elevados índices de pobreza, pouco acesso a serviços públicos e por terem tido baixos níveis de educação formal. Boa parte dessa população é analfabeta ou semi analfabeta. Esse traço torna mais difícil a construção de um ator social na Baía de Sepetiba para atuar de forma coletiva. Contudo, desde 2006 esse quadro mudou.

De um grupo de mais ou menos 25 moradores foi criada a Articulação da População Atingida pela TKCSA APACSA, que hoje constitui a principal organização coletiva local que discute e implementa estratégias de resistência e de ampliação da luta em Santa Cruz. A articulação conta já com um blogue e atua de maneira autônoma junto a universidades e outras instâncias de tomada de decisão, como a Alerj, tendo este ano aberto uma conta para recebimento de doações (para custear as lutas) e elaborado projetos próprios de captação de recursos para atividades e deslocamento de seus membros.

Campanha "Pare, TKCSA"

Os moradores, pescadores e outros grupos e movimentos que apoiam a sua causa estão com uma campanha permanente intitulada "Pare TKCSA" que exige cinco pontos principais:

- 1 Pelo fim imediato da poluição.
- 2 Pela indenização e reparação dos pescadores e moradores.
- 3 Pelo fim das isenções fiscais e financiamentos cedidos à empresa.
- 4 Pelo não à licença de operação definitiva e a termos de ajustamento de conduta.
- 5 Pela recuperação da Baía de Sepetiba.



ALGUNS MARCOS DA LUTA CONTRA A TKCSA E EM FAVOR DA BAÍA DE SEPETIBA

Nesta seção o leitor encontrará alguns dos principais marcos do processo de resistência contra a TKCSA até os dias de hoje.

2005 - Elaboração dos projetos de implantação da TKCSA em Santa Cruz.

2005 - 75 famílias do MST começam a ser pressionadas a sair do terreno no qual a TKCSA se instala.

31 de março de 2005 - Lei nº 4.529 – concede isenção total do ICMS nas fases de construção, pré-operação e operação do complexo siderúrgico, com prazo de 20 anos.

Outubro de 2005 - Rima do Terminal Portuário Centro Atlântico.

19 de outubro de 2005 - EIA da Usina Siderúrgica CSA. ERM Brasil Ltda.

7 de abril de 2006 - O Ministério Púbico Federal move ação civil pública contra a Companhia Doca do RJ e a Feema, com pedido de liminar e cumulada com ação de improbidade administrativa, e pleiteia, dentre outros, que o material retirado das obras de dragagem do canal de acesso ao Porto de Sepetiba seja depositado, após tratamento necessário em local situado a pelo menos seis milhas da costa, e a condenação dos réus a pagamento de indenização.

8, 10 e 12 de maio de 2006 - Realização de três audiências públicas exigidas pelo processo de licenciamento da TKCSA. Relatos de que a população somente teve informações uma semana antes. Foi notada a ausência de diversos órgãos públicos federais e estaduais.

13 de junho de 2006 - Lei nº 4.372: a TKCSA fica isenta do Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza-ISS, ou de outro imposto que venha a substituí-lo, durante o período de cinco anos. O Projeto de lei nº 1/2009 renova o beneficio, totalizando 10 anos de isenção.

13 de julho de 2006 - A Feema concede Licença Prévia à CSA para desenvolver os projetos para implantação de usina siderúrgica de produção de placas de aço, que contará também com unidades de fabricação de cimento e de oxigênio e com usina termelétrica.

17 de julho de 2006 - A Feema concede Licença Prévia à CSA para desenvolver os projetos para realização de dragagem, aterro hidráulico e implantação do Terminal Portuário Centro Atlântico.

5 de setembro de 2006 - A Feema concede a Licença de Instalação da CSA, após 50 dias da concessão da licença prévia.

7 de setembro de 2006 - Projeto Básico Ambiental da Companhia Siderúrgica do Atlântico - CSA – Usina. ERM Brasil Ltda.

Outubro de 2006 - Início das dragagens impactantes da TKCSA, e marco "Zero" do estabelecimento do conflito, e também o início das ameaças às lideranças que se opõem ao projeto.

Janeiro de 2007 - A Apescari, presidida pelo Luiz Carlos, e com apoio da Fapesca, faz protesto no mar com 52 embarcações tomando e ocupando a draga, paralisando assim os trabalhos por um dia inteiro, até que de helicóptero chegou um diretor da TKCSA para "negociar". Com a intenção pura e simples de ganhar tempo, disse aos pescadores que seriam feitas indenizações para cobrir os prejuízos causados pela empresa à pesca, o que nunca foi cumprido, apesar de ter concordado com os termos do acordo, e mesmo após o encaminhamento de proposta formal de acordo pela Apescari, auxiliada pela Fapesca.

28 de março de 2007 - Representantes do Fórum de Meio Ambiente e Qualidade de Vida da Zona Oeste e da Baía de Sepetiba, formado por grupos ecológicos, associações de pescadores e lideranças comunitárias, foram recebidos no BNDES por representantes do Departamento de Indústrias de Base e do Departamento de Meio Ambiente, quando foram reproduzidos os argumentos suscitados na Ação civil pública (processo nº 2006.001.059224-6). .

21 de junho de 2007 - Matéria do jornal *Gazeta Mercantil*: "BNDES aprova 1,48 bilhões de reais para a construção da CSA".

Dezembro de 2007 - Operação de fiscalização pelo Ibama, por determinação do Procurador do Ministério Público Federal, Dr. Maurício Manso, o que resultou no embargo da obra.

Março de 2008 - O Ministério Público Federal apontou irregularidades cometidas pela TKC-SA na construção de 3,8 km na Baía de Guanabara. A ponte começou a ser construída sem autorização da Secretaria do Patrimônio da União, exigência legal por se tratar de terreno da Marinha e do mar territorial.

Junho de 2008 - Primeiro questionamento ("Anfrage") da bancada do partido DieLinke ao governo alemão sobre o conhecimento das denúncias da atuação da Thyssen Krupp no Brasil.

3 de junho de 2008 - O Ministério Público Federal, através de inquérito civil, questiona o processo de licenciamento da CSA.

27 e 28 de junho de 2008 - Seminário Pólo Siderúrgico de Sepetiba: Desenvolvimento para quê? Para quem?

10 de agosto de 2008 - Matéria do jornal O Globo - Economia: "Dragagens e circulação de navios

tiram o ganha-pão dos pescadores – resultaram na interrupção da geração de renda dos pescadores".

Outubro de 2008 - Contatos com organizações da sociedade civil na Alemanha (Attac, Salve a Selva, FDCL) e com parlamentares alemães, na bancada de esquerda.

2009 - Denúncia no BNDES por meio da Plataforma BNDES. Apresentação das denúncias ao banco, encaminhadas diretamente para Dr. Luciano Coutinho, presidente do banco, e o Ministro do Planejamento, Dr. Paulo Bernardo.

2009 - Pronunciamento do Deputado Federal Chico Alencar. O deputado falou do caso em um pronunciamento no Congresso e ficou de contribuir com a pressão política no nível federal. O deputado encaminhou as denúncias ao: Ministério do Meio Ambiente, Ministério da Justiça, Ministério do Trabalho, Ministério Público Federal e Governo do Estado do Rio de Janeiro.

2009 - Reunião com o subcorregedor de direitos humanos do Ministério Público do Rio de Janeiro, Leonardo Chaves, com o objetivo de denunciar os crimes da empresa. Ficou a perspectiva de se abrir um processo investigatório a respeito da ligação entre a empresa e as milícias da Zona Oeste.

Janeiro de 2009 - As ameaças de morte sofridas por lideranças tornam-se evidentes com os ataques a um pescador, que o obrigam entrar no Programa Federal de Proteção aos Defensores dos Direitos Humanos.

10 de fevereiro de 2009 - Matéria do jornal *O Globo*-Rio: "O preço do progresso — CSA aumentará em 76% o lançamento de dióxido de carbono na atmosfera da cidade".

3 de março de 2009 - Esclarecimento do Departamento de Relações Externas da TKCSA,

no jornal *O Globo*, nega denúncias de que os serviços de segurança em suas dependências seriam realizados por grupos armados, "milicianos", conforme divulgado em imprensa.

4 de março de 2009 - O Deputado Chico Alencar encaminha ofício dando ciência de que há inúmeras denúncias envolvendo o complexo TKCSA encaminhadas por associações de pescadores, de barqueiros, de movimentos populares, de juristas, de defensores dos direitos humanos ao Presidente Lula, ao Ministro do meio Ambiente, Carlos Minc, ao Ministro da Justiça, Tarso Genro, ao Procurador-geral da Republica, Antonio de Souza, ao Governador do Estado do RJ, Sergio Cabral, e ao Ministro dos Direitos Humanos, Paulo Vannuchi.

19 de março de 2009 - Realização da segunda audiência Pública da Comissão de Direitos Humanos da Assembleia Legislativa do Rio de Janeiro sobre os impactos e as irregularidades da TKCSA, com a participação de Marcelo Freixo, Paulo Ramos e Alessandre Molon. Nessa audiência foram feitas as denúncias do envolvimento da segurança patrimonial da empresa com as milícias da Zona Oeste e um pescador foi incluído num programa federal de proteção.

1 de maio de 2009 - Ato no Dia do Trabalhador em Santa Cruz, juntamente com a Plenária dos Movimentos, incluiu uma caminhada até o portão II da TKCSA e contou com a participação de cerca de 900 pessoas.

12 de maio de 2009 - Oficio ao Representante Especial da Secretaria Geral da ONU para os Direitos Humanos e Empresas Transnacionais e Outras empresas, Sr. John Ruggie. Assunto: violações cometidas pela CSA (TK e Vale) na Baía de Sepetiba, Rio de Janeiro, Brasil.

Julho de 2009 - Parecer técnico elaborado por pesquisadores da ENSP sobre o Relatório de Impacto Ambiental da TKCSA.

13 de agosto de 2009 - Matéria do jornal O Dia: "Trabalhadores sem salário e com uma

refeição por dia" — revela que operários subcontratados encontravam-se em condições degradantes de trabalho; alguns deles dormiam em alojamentos sem cama nem acesso à água limpa e recebiam apenas uma refeição por dia.

Outubro e novembro de 2009 - Ciclo de Debates A Baía de Sepetiba pede Socorro. Pólo Industrial de Sepetiba: Desenvolvimento para quem e para quê? Composto por três seminários locais (Ilha da Madeira, Itaguaí e Pedra de Guaratiba) e um seminário regional, em Campo Grande, a partir do acumulado desses três seminários locais.

6 de novembro de 2009 - Reunião de pescadores, Pacs, FDCL e Fundação Rosa Luxemburgo com a deputada europeia Gabriella Zimmer no Parlamento Europeu em Bruxelas.

Novembro de 2009 - Realização de uma gira pela Alemanha. Reunião com sindicalistas em Duisburg. Evento público organizado por diversas organizações alemãs, entre elas FDCL, Ko-Bra, Die Linke Duisburg e Attac. O mais importante resultado do evento foi o estreitamento das articulações com sindicalistas de base da ThyssenKrupp.

6 de novembro de 2009 - Matéria do jornal *O Globo*: "Siderúrgica aumentará em 76% emissão de CO2 no Rio – CSA vai lançar 12 vezes mais gás poluente do que toda a indústria".

26 de novembro de 2009 - Encontro com o ministro brasileiro de direitos humanos, Paulo Vanucchi. Entrega do dossiê, o relatório do Gate, o documento final do Tribunal Permanente dos Povos e um cd com documentos e fotos das obras. O ministro se comprometeu a estudar os documentos e levar o caso para Brasília.

14 de dezembro de 2009 - Diligência na TKCSA da Comissão de Direitos Humanos e Minorias da Câmara dos Deputados, para apuração de denuncias de danos e ameaças a direitos humanos, econômicos, sociais e ambientais à população diretamente afetada pela TKCSA.

Janeiro de 2010 - Audiência Pública na Comissão de Cooperação e Desenvolvimento Econômico no Parlamento Alemão com a presença de um pescador, da assessora do Pacs e de representantes da empresa.

21 de janeiro de 2010 - Participação na Assembleia Anual dos Acionistas da ThyssenKrupp em Bochum. Na Alemanha, a intervenção na Assembleia de Acionistas foi noticiada no Financial Times Deutschland, Die Welt, Spiegel on line, Börsen-Zeitung, entre outros. A notícia foi divulgada também no Brasil, na Itália, em Portugal, em Cuba e na França.

12 a 14 de abril de 2010 - Moradores e pescadores do entorno da Baía de Sepetiba denunciam a TKCSA no I Encontro Internacional dos Atingidos pela Vale no Rio de Janeiro. O encontro reuniu mais de 160 participantes de mais de 80 organizações de todo o mundo. Participação na Assembleia dos Acionistas da Vale.

Maio de 2010 - Apresentação do caso da TKCSA no II Tribunal Permanente dos Povos, em Madri, na Espanha, que julga ética e moralmente as violações de direitos humanos cometidas por empresas transnacionais europeias na América Latina. O ditame sugere uma medida – talvez a mais importante – cautelar para a suspensão da obra.

2 de junho de 2010 - Documentário denuncia desastre ambiental em ilha fluminense. As agressões ambientais ocorridas na Ilha da Madeira, em Itaguaí (RJ), e as consequências disso na vida dos pescadores do local são o tema central do documentário "Território de Sacrificio ao Deus do Capital: o caso da Ilha da Madeira". O vídeo foi produzido por pesquisadores da EPSJV/Fiocruz e mostra como a vida dos moradores da ilha foi afetada com a chegada de grandes empreendimentos econômicos à região do Porto de Itaguaí.

16 de junho de 2010 - Debate no programa de rádio Faixa Livre com a presença de Mariele-

ne Ramos, Secretária do Meio Ambiente do Rio de Janeiro, Karina Kato (Pacs) e Isac Soares, pescador.

18 de junho de 2010 - Inauguração com entrada em operação da planta da TKCSA, com a presença de Lula, Sérgio Cabral, Roger Agnelli e Eberhard Schultz. Protesto de pescadores e panfletagem em Santa Cruz no dia de inauguração da TKCSA, contrária ao complexo siderúrgico.

Agosto de 2010 - Denúncia de morador de Santa Cruz sobre a poeira de particulados prateados na Comissão de Direitos Humanos da Alerj.

7 de agosto de 2010 - Matéria no jornal *Extra*: "Pó brilhoso assusta Santa Cruz – Moradores afirmam que vêm tendo problemas de saúde devido à siderúrgica".

22 de agosto de 2010 - Nota de esclarecimento da TKCSA na imprensa afirma que as estações de monitoramento registram resultados abaixo dos níveis estabelecidos pela licença ambiental e que medidas de controle adotadas cessem as inconveniências relatadas por moradores das imediações da siderúrgica.

23 de agosto de 2010 - Inea multou a TKCSA em R\$1,8 milhão pela poluição atmosférica com material particulado, proveniente da deposição de ferro-gusa em cavas abertas, valor que posteriormente foi reduzido para R\$ 1,3 milhão.

17 de setembro de 2010 - Missão de Solidariedade e Investigação de Denúncia em Santa Cruz. A Missão foi composta por organizações sociais locais e nacionais, entidades sindicais, universidades, órgãos públicos, deputados e vereadores, assim como a deputada europeia Gabrielle Zimmer. A Missão visitou escolas, postos de saúde e conversou com moradores e pescadores.

- 17 de setembro de 2010 Coleta de particulados em Santa Cruz contendo em uma amostra limalha de ferro e em outra calcário.
- **29 de outubro de 2010** Elaboração da Carta ao Inea, solicitando informações sobre o monitoramento ambiental da qualidade do ar e das emissões atmosféricas da TKCSA, analisados pela empresa e pelo Inea.
- **14 de dezembro de 2010** Matéria do jornal *O Globo*: "Acordo entre MPRJ e Inea prevê auditoria ambiental independente na CSA". Elaboração de termo de referência do Inea, com participação do MPE para cumprimento da auditoria, condição para haver liberação do funcionamento do alto-forno.
- **17 de dezembro de 2010** Governo do estado autoriza entrada em operação do alto-forno 2 da TKCSA, sem posicionamento do Inea, mediante laudo emitido pela CH2MHILL, apresentado pela TKCSA, em detrimento do acordo firmado entre o Inea e o MPF.
- **22 de dezembro de 2010** Matéria no *site* do Axel Grael: "Autorização para a CSA abre precedente inédito: licenças ambientais por decreto?". http://goo.gl/Ntz3h
- **24 de dezembro de 2010** Mais eventos críticos de poluição atmosférica com material particulado, causado pela TKCSA, proveniente da deposição de ferro-gusa em cavas abertas.
- 25 de dezembro de 2010 Ação penal do Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro (Gate/CAOp) denuncia TKCSA, o diretor de projetos Friedrich-Wilhelm Schaefer e o gerente ambiental Álvaro Barta Boechat, por crimes ambientais (pena de até 19 anos). A denúncia foi complementada por diversos relatórios técnicos do Inea, além de um estudo realizado pelo Instituto de Geociências da UFRJ, atestando aumento de 600% na concentração média de ferro na área de influência da TKCSA.

Outubro a dezembro de 2010 - Moradores de Santa Cruz impactados pela TKCSA são atendidos no Hospital Universitário Pedro Ernesto (Hupe)/UERJ e no Cesteh/ENSP/Fiocruz.

Dezembro de 2010 - Relatório de Atividades do Procea – Programa TKCSA de Comunicação e Educação Ambiental – julho de 2009 a dezembro de 2010 – relata parceria com a Secretaria Municipal de Educação do Rio de Janeiro, 10ª Coordenadoria Regional de Educação (10ª CRE), Secretaria Municipal do Meio Ambiente do Rio de Janeiro, Secretaria Municipal de Educação e Cultura de Itaguaí e Secretaria Municipal de Meio Ambiente, Agricultura e Pesca de Itaguaí, e envolve a participação de cerca de 350 diretores, coordenadores e professores e mais de sete mil alunos de 14 escolas públicas da região onde está instalado o empreendimento da ThyssenKrupp. O objetivo do programa é desenvolver atividades voltadas para a sensibilização e a educação ambiental de professores, funcionários e alunos de 13 escolas municipais localizadas em Santa Cruz, no município do Rio de Janeiro, e uma no município de Itaguaí.

Janeiro de 2011 - Matéria: "CSA polui e prejudica saúde da população – especialistas da UERJ e Ficoruz se mobilizam para denunciar poluição no Brasil e no exterior. Jornal do Sintuperj. Ano VI, nº 32. dez 2011.

Janeiro de 2011 - O Parlamento Alemão e o Europeu, que em carta dirigida ao MPRJ, afirmaram por dois de seus membros, Niema Movassat e Gabriele Zimmer, respectivamente, questionamentos sobre a escolha da Usiminas para a realização da auditoria da TKCSA, quanto à independência e à neutralidade no caso de conflitos de interesses. Pela informação divulgada, pelo menos até 2008, a empresa brasileira Vale era acionista minoritária da Usiminas. O fundo de pensão Previ, que gerencia a Vale, também participa até hoje da composição acionária da Usiminas.

5 de janeiro de 2011 - O Inea multou a TKCSA em R\$ 2,8 milhões pela poluição atmosférica e compensação socioambiental indenizatória de R\$ 14 milhões.

5 de janeiro de 2011 - A Usiminas é contratada pela SEA para realização de auditoria na TKCSA, sendo alvo de diversas acusações de conflito de interesses.

21 de janeiro de 2011 - Intervenção na Assembleia de Acionistas da ThyssenKrupp em Bochum (Alemanha), na qual relataram-se os impactos socioambientais da TKCSA no Brasil, solicitando diversos esclarecimentos ao Ekkehard Schulz, presidente da ThyssenKrupp.

Fevereiro de 2011 - Matéria na revista *Caros Amigos*: "O trágico preço do 'Progresso' – Complexo siderúrgico instalado no Rio de Janeiro comete crimes ambientais e viola direitos de pescadores e moradores da região".

21 de fevereiro de 2011 - Em entrevista dada ao jornal *Estadão*, na matéria "CSA: uma siderúrgica que começou errado", o diretor de sustentabilidade da TKCSA afirma: "segundo o executivo, a poeira que se espalhou na região não é tóxica. É isso que a Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz) quer verificar com a análise em curso das amostras coletadas na vizinhança da siderúrgica. Moradores foram examinados para a produção do laudo, que deve ficar pronto ainda este mês". Este relato dado pela TKCSA configura-se numa distorção dos fatos.

23 de fevereiro de 2011 - Portaria da ENSP/Fiocruz, constitui o grupo de trabalho para examinar e atuar sobre os possíveis problemas socioambientais e de saúde associados à siderúrgica TKCSA.

25 de fevereiro de 2011 - Ato contra a TKCSA, no Inea/SEA, durante a reunião da comissão do ato com a SEA, com a presença de pesquisador da Fiocruz.

1 de março de 2011 - Ato da SEA, publicado em DO, instituindo grupo de trabalho para avaliar os danos à saúde causados em virtude da emissão de fuligem na atmosfera pela empresa Thussenkrupp CSA Siderúrgica do Atlântico, composto pelas entidades: SEA, SESDF, SMS, Fiocruz, UFRJ e UERJ.

3 de março de 2011 - A Comissão do Ato Contra a TKCSA protocola carta solicitando esclarecimentos sobre a contratação da auditoria da Usiminas, os agravos à saúde etc.

18 de março de 2011 - Publicação no Diário Oficial do requerimento, de autoria da deputada estadual Lucinha (PSDB), cria a Comissão Especial para apurar possíveis irregularidades e imprevidências do Governo do Estado e do Instituto Estadual de Ambiente (Inea) no processo de concessão de licenciamento ambiental referente à implantação da siderúrgica na região.

24 de março de 2011 - Portaria da EPSJV/Fiocruz constitui o grupo de trabalho para examinar e atuar sobre os possíveis problemas socioambientais e de saúde associados à siderúrgica TKCSA.

Abril de 2011 - O relatório de auditoria da TKCSA elaborado pela Usiminas é apresentado ao Inea.

12 de abril de 2011 - Abaixo-assinado intitulado Repúdio à Auditoria da Usiminas para Concessão da Licença de Operação à Companhia Siderúrgica do Atlântico (TKCSA).

17 de abril de 2011 - Matéria no jornal *O Globo*: "Paes critica CSA e indicação ação verde – Prefeito anuncia incentivos a prédios sustentáveis, com ISS e IPTU menores".

22 de abril de 2011 - Matéria no jonal O Globo: "Achamos que só os empregos bastariam —

Presidente da CSA admite que companhia avaliou mal as reações da comunidade e diz que quer mudar imagem".

7 de maio de 2011 - Inaugurada, no bairro de Santa Cruz, o Colégio Estadual Erich Walter Heine, primeira escola sustentável do Pais, que faz parte de um convênio da empresa ThyssenKrupp CSA e o governo do estado.

9 de maio de 2011 - Apresentação do vídeo "Desenvolvimento a Ferro e Fogo na Zona Oeste do Rio de Janeiro", do Ibase, no Clube de Engenharia.

10 de maio de 2011 - A Associação Rural Nippo Brasileira de Santa Cruz encaminha carta informando que desde a instalação da TKCSA a colônia japonesa, instalada no território desde 1938, tem enfrentado graves problemas relacionados a perdas de produção e de transtornos nas residências em consequência de transbordamentos do canal são Fernando. O desvio do canal do São Francisco para o rio Guandu pela TKCSA tem causado refluxo das águas para o canal nas cheias e nas marés altas, ocasionando transbordamento.

11 de maio de 2011 - Matéria do jornal *O Globo*: "Fuligem pode custar à CSA suspensão de licença. Minc fixa prazo para início de obras que reduzam poluição e embarga projeto de ampliação".

24 de maio de 2011 - Primeira audiência pública realizada na Alerj convocada pela Comissão Especial da Alerj, instaurada para apurar possíveis irregularidades e imprevidências do governo do estado e do Inea, no processo de concessão de licencimanento ambiental referente a implantação da TKCSA, com a convocatória e o relato de pesquisadores da Fiocruz.

Junho de 2011 - Panfleto "Resistência de Aço – Articulação da População Atingida pela CSA.

8 de junho de 2011 - A TKCSA é denunciada pelo Ministério Público Estadual, por crimes ambientais, pela segunda vez, respondendo o gestor técnico da empresa, Luiz Cláudio Ferreira Castro. De acordo com o Grupo de Atuação Especial de Combate ao Crime Organizado (Gaeco), do Ministério Público do estado do Rio de Janeiro (MP-RJ) MP, os réus não adotaram medidas de precaução ao acionar o alto-forno 2, em dezembro, e tampouco comunicaram aos órgãos ambientais competentes sobre os impactos ambientais gerados desde então.

8 de junho de 2011 - Segunda ação penal do MPRJ. O Grupo de Atuação Especial de Combate ao Crime Organizado (Gaeco), do Ministério Público do estado do Rio de Janeiro (MP-RJ), voltou a denunciar a Companhia Siderúrgica do Atlântico (CSA), da ThyssenKrupp, por crimes ambientais.

14 de junho de 2011 - Oitiva de audiência pública convocada pela Comissão Especial da Alerj, com os temas Saúde e Atividade pesqueira, com a convocatória e o relato de pesquisador da Fiocruz.

21 de junho de 2011 - Oitiva de audiência pública convocada pela Comissão Especial da Alerj, com a convocatória da Presidente do Instituto Estadual do Ambiente, Marilene Ramos.

27 de junho de 2011 - O Ministério Público do estado do Rio de Janeiro denunciou por crimes ambientais a Usiminas e quatro de seus prepostos, Bruno Menezes de Melo, Ricardo Salgado e Silva, Marta Russo Blazek e Monica Silveira e Consta Chang, por apresentarem relatório de auditoria ambiental parcialmente falso e enganoso, inclusive por omissão, ao Instituto Estadual do Ambiente (Inea), para instruir o processo de licenciamento da TKCSA.

Agosto de 2011 - Matéria da publicação *Hora da Verdade*, de circulação externa da TKCSA, afirma que a CSA apoia os governos estadual e municipal na construção de novas e moder-

nas unidades de atendimento médico. A TKCSA faz investimentos de R\$ 4 milhões na construção da unidade de Clínica de Família da Reta João XXIII. A TKCSA afirma que declarações de pesquisador da Fiocruz são falsas.

18 de julho de 2011 - TKCSA ove primeira ação contra o pneumologista Hermano de Castro, pesquisador da Escola Nacional de Saúde Pública Sérgio Arouca (ENSP) da Fiocruz.

14 de outubro de 2011 - TKCSA move ação por danos morais contra Alexandre Dias Pessoa, pesquisador da Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio (EPSJV), da Fiocruz, e a pesquisadora da UERJ, Mônica Lima, da Faculdade de Ciências Médicas.

Janeiro de 2012 - Uma petição de desistência assinada na OAB no último dia 12 cancelou a ação movida pela ThyssenKrupp Companhia Siderúrgica do Atlântico (TKCSA) contra os pesquisadores Hermano Castro (ENSP) e Alexandre Pessoa Dias (EPSJV) e Mônica Lima (UERJ).

Fevereiro de 2012 - Reunião preparatória para o Rio +20, em Santa Cruz.

BIBLIOGRAFIA

MILANEZ, Bruno; PORTO, Marcelo Firpo. Parecer Técnico sobre o Relatório de Impacto Ambiental da Usina Siderúrgica do Atlântico (TKCSA). Centro de Estudos da Saúde do Trabalhador e Ecologia Humana da Escola Nacional de Saúde Pública Sérgio Arouca, da Fundação Oswaldo Cruz. Rio de Janeiro, julho de 2009.

DURÃO, Vera Saavedra. "CSA vence sucessivos problemas e deve entrar em operação em 2010". **Valor Econômico**, 31 de julho de 2009.

ZBOROWSKI, Marina Barbosa. Conflitos ambientais na Baía de Sepetiba: o caso dos pescadores atingidos pelo processo de implantação do complexo industrial da Companhia Siderúrgica do Atlântico (ThyssenKrupp CSA). Orientador: Carlos Frederico Bernardo Loureiro. Dissertação de Mestrado em Psicossociologia de Comunidades e Ecologia Social. UFRJ/Eicos; CNPq. Rio de Janeiro, 2008.

PORTO, Marcelo Firpo de Souza; MENEZES, Marco Antônio Carneiro; DIAS, Alexandre Pessoa; e BÚRIGO, André Campos. **Avaliação dos Impactos Socioambientais e de Saúde em Santa Cruz decorrentes da Instalação e Operação da Empresa TKCSA**. Fiocruz. Rio de Janeiro, setembro de 2011.

BANCO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL - http://www.bndes.gov.br (acesso em fevereiro de 2012).

MILANEZ, Bruno; PORTO, Marcelo Firpo; KATO, Karina; BOSSI, Dario; CHAMMAS, Danilo. **Chuva de Poeira Prateada**. Le Monde Diplomatique. Brasil, abril 2011.

MINISTÉRIO PÚBLICO DO RIO DE JANEIRO. **MPRJ denuncia Usiminas por apresentar relatório irregular de auditoria ambiental na TKCSA**. - http://goo.gl/kDV86 (acesso em fevereiro de 2012).

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO. **Ata da segunda audiência pública sobre os impactos da TKCSA**. Rio de Janeiro: ALERJ, março de 2009.

PORTO, Marcelo Firpo de Souza; MENEZES, Marco Antônio Carneiro; DIAS, Alexandre Pessoa; BURIGO, André Campos. **Avaliação dos Impactos Socioambientais e de Saúde em Santa Cruz decorrentes da Instalação e Operação da empresa TKCSA**. Rio de Janeiro: Fiocruz, setembro de 2011.

JORNAL DOS ENGENHEIROS. **Vídeo Mostra Corre-Corre na TKCSA**. - http://goo.gl/7vUde (acesso em fevereiro de 2012).

AO É FILTRO DA CSÍ

Publicação Apoio



